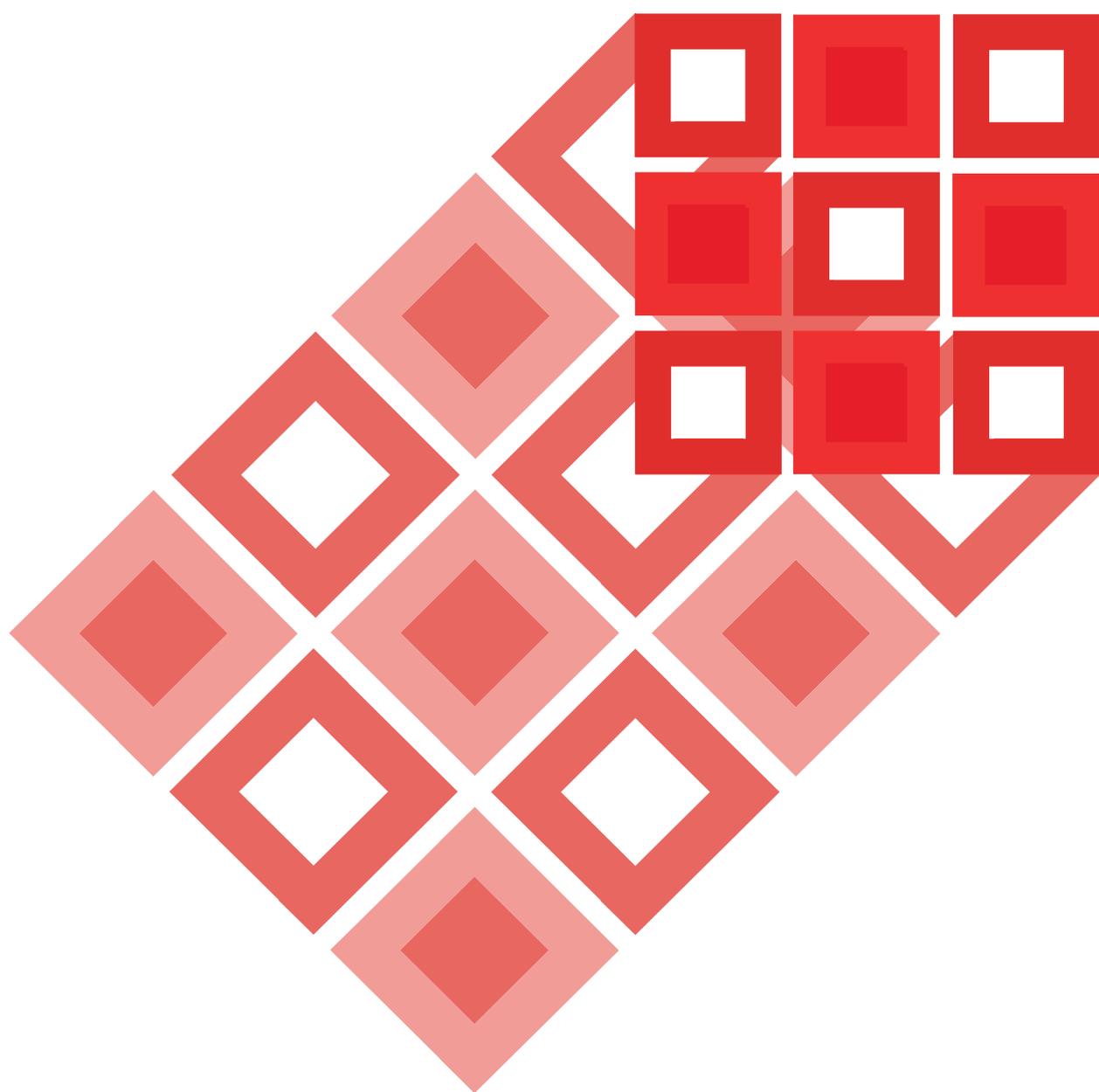


CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2001



ÍNDICE

	Pág.
1. Nota introdutória	4
2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos	6
2.1 - Entidades Proprietárias	6
2.1.1 – Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2001	6
2.1.2 – Entidades lucrativas e não lucrativas – evolução 1998 – 2000 – 2001	7
2.2 - Equipamentos	7
2.2.1 – Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2001	10
2.2.2 – Equipamentos lucrativos e não lucrativos – evolução 1998 – 2000 – 2001	11
2.2.3 – Equipamentos criados e encerrados em 2001	12
2.2.4 – Principais razões para o encerramento dos equipamentos	13
2.3 - Respostas sociais	14
2.3.1 – Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção – situação em 2001	14
2.3.2 – Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2001	15
2.3.3 – Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998 – 2000 – 2001	16
2.3.4 – Respostas sociais criadas e encerradas em 2001	17
2.3.5 – Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação – evolução 1998 – 2000 – 2001	18
3. Respostas sociais por áreas de intervenção e tipo de resposta	20
3.1 - Infância e Juventude	20
3.1.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001	20
3.1.2 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001	22
3.1.3 – Taxa de utilização das respostas sociais - evolução 1998 – 2000 – 2001	24
3.1.4 – Horário de funcionamento das creches – situação em 2001	25

3.1.5 – A resposta social Ama	26
3.1.5.1 – Situação em 2001	26
3.1.5.1 – Evolução do número de amas e crianças acolhidas – 1998 – 2000 – 2001	27
3.1.6 – Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)	28
3.2 – Reabilitação e integração de Pessoas com Deficiência	31
3.2.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001	31
3.2.2 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001	32
3.2.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001	34
3.3 – População Idosa	35
3.3.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001	35
3.3.2 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001	36
3.3.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001	38
3.3.4 – Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a população idosa, relativamente à população idosa residente (>=65 anos)	39
3.4 – Família e Comunidade	41
3.4.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001	41
3.4.2 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001	42
3.4.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001	44
3.4.4. – A resposta social Família de Acolhimento – situação em 2001	45
3.5 – Toxicod dependência	46
3.5.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001	46
3.5.2 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001	47
3.5.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001	48
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias	49
3.6.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001	49
3.6.2 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001	50
3.6.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001	51

3.7 - Outras áreas de intervenção	52
3.7.1 – Distribuição das respostas sociais por concelho – situação em 2001	52
3.7.2 – Evolução das respostas sociais, capacidade e utentes na área da Saúde Mental – 2000 – 2001	53
3.7.2.1 – Taxas de utilização das respostas sociais na área da Saúde Mental – evolução – 2000 –2001	54
3.7.3 – Evolução das respostas sociais, capacidades e utentes na área das Pessoas em Situação de Dependência – 2000 – 2001	55
3.7.3.1 – Taxa de utilização das respostas sociais na área das Pessoas em Situação de Dependência – 2000 – 2001	56
4. Despesas de investimento e de funcionamento em equipamentos e serviços sociais: o esforço público	58
4.1 - Investimentos PIDDAC	58
4.1.1 – Evolução do total do investimento no período de 1998 - 2000	58
4.1.2 – Evolução do investimento por áreas de intervenção – 1998 – 2001	60
4.2 - Despesas de funcionamento	61
4.2.1 - Evolução das despesas de funcionamento – 1998 –2001	61
4.2.2 - Evolução das despesas de funcionamento por áreas de intervenção – 1998– 2001	62
4.2.3 – Comparticipação da Segurança Social através de Acordos de Cooperação – evolução 1998 –2002	63
Anexos:	
Nomenclaturas e conceitos	65

1. Nota introdutória¹

A “Carta Social” procura, por um lado, identificar a oferta existente de serviços e equipamentos sociais a nível regional e local no território continental, dando, assim, um importante contributo para o seu conhecimento a vários níveis e, por outro lado, ser um importante instrumento de planeamento dos investimentos sociais neste domínio. Para a consecução deste último objectivo, para além de um maior aprofundamento e celeridade que é necessário imprimir a este processo, procurar-se-à, em futuro próximo, avançar para o conhecimento da procura potencial nas várias áreas de intervenção e introduzir o factor “qualidade” nesse conhecimento.

A “Carta Social” consubstancia-se numa Base de Dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referenciação geográfica ao nível da freguesia.

Para actualização da informação anteriormente apurada, assente num processo de inquirição presencial junto das instituições, o Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP), em parceria com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS), desenvolveu uma nova metodologia de actualização da base de dados, passando os Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a efectuarem o lançamento da informação num processo dinâmico (on-line), de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real e minimizando assim os custos decorrentes com a actualização da informação.

Este processo de actualização teve por referência a situação da rede de serviços e equipamentos em 31 de Dezembro de 2001, no âmbito do Continente.

Por conseguinte, o relatório que se apresenta, foi elaborado numa perspectiva global, embora, sempre que pareceu útil, tenha sido ilustrado com o “retrato” da rede ao nível do distrito e concelho, reflectindo o comportamento evolutivo dos aspectos mais relevantes e influentes da rede de serviços e equipamentos, extraídos da base de dados actualizada.

Contudo, tratando-se de um ano experimental da nova metodologia utilizada, constataram-se, durante o decurso do processo, algumas dificuldades que impossibilitaram a conclusão dos trabalhos no “timing” inicialmente estabelecido, 31 de Março de 2002, tendo o DEPP em colaboração com o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES), desencadeado, a seu tempo, um conjunto de procedimentos para aperfeiçoamento e melhoria do sistema, de modo a solucionar os problemas entretanto identificados.

Ainda assim, não foram objecto de qualquer registo de actualização os elementos referentes aos serviços e equipamentos da área geográfica de influência do Centro Distrital de

¹ No desenvolvimento deste Relatório, foram utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

Solidariedade e Segurança Social de Leiria, bem como uma parte dos estabelecimentos disseminados em alguns distritos, com particular enfoque para os estabelecimentos lucrativos, tendo sido considerados, nestes casos, os dados registados em 2000, situação que importará corrigir no futuro.

Deste modo, em virtude de algumas limitações existentes neste processo de actualização, qualquer análise dos dados apresentados, deverá ter em conta o efeito dos constrangimentos registados.

2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos

Para a caracterização geral da rede de serviços e equipamentos foram consideradas as entidades proprietárias de equipamentos e os próprios equipamentos segundo a natureza jurídica, bem como as respostas sociais existentes por área de intervenção.

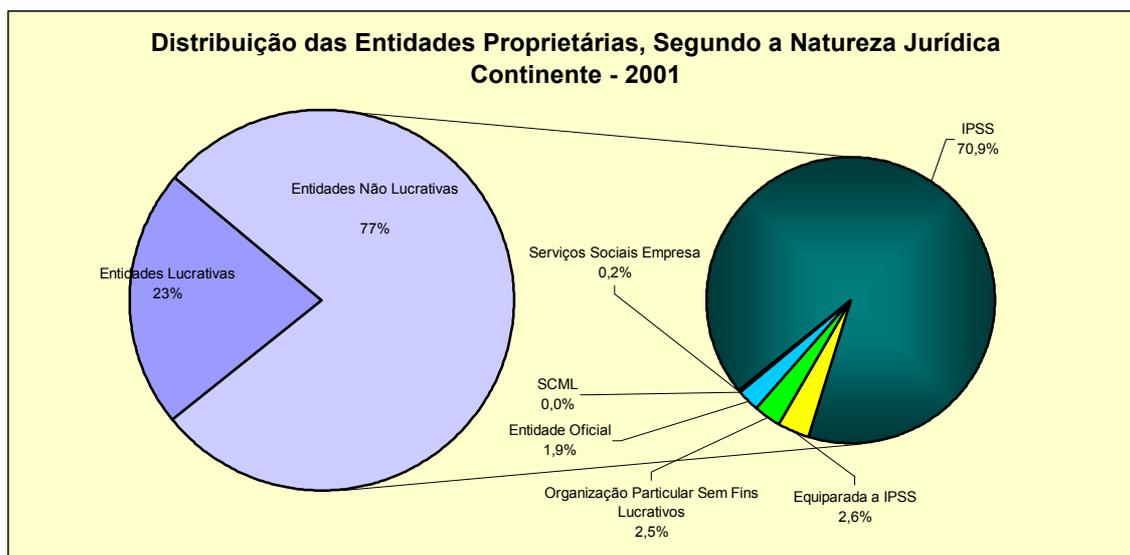
2.1 - Entidades Proprietárias

Entende-se por entidade proprietária qualquer entidade, individual ou colectiva que é detentora ou gere equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais no âmbito do sistema de segurança social.

2.1.1 – Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2001

Para uma análise mais precisa, uma vez que a “Carta Social” engloba o universo dos equipamentos sociais disseminados pelo Continente, as entidades proprietárias ou gestoras foram classificadas, segundo a sua natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas, englobando as últimas: **Instituições Particulares de Solidariedade Social**, vulgarmente designadas por **IPSS** (Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Irmandades das Misericórdias e Associações Mutualistas); **Entidades Equiparadas a IPSS** (Cooperativas de Solidariedade Social, Casas do Povo abrangidas pelos Despachos 13799/99 e 17749/99 e a Cruz Vermelha Portuguesa); **Organizações Particulares sem Fins Lucrativos** (Fundações, Associações, Casas do Povo e Sindicatos); **Entidades Oficiais** (ISSS, Autarquias Locais, a Casa Pia e as Instituições dependentes de outros Ministérios); **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** e **Serviços Sociais de Empresas**.

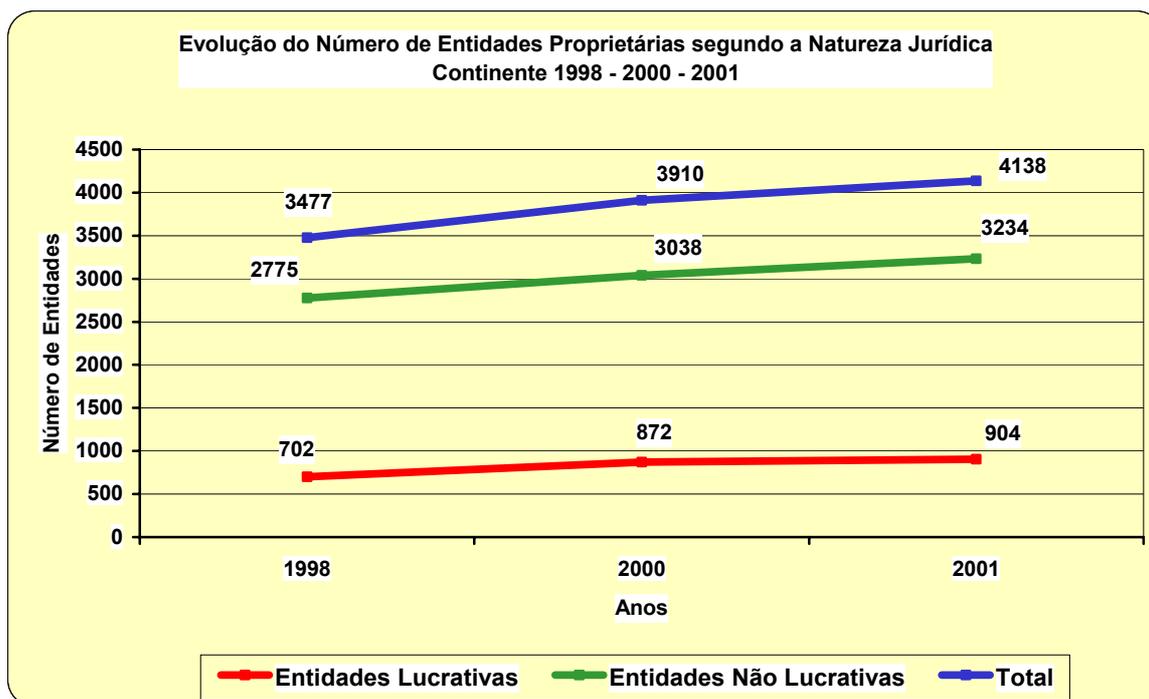
Gráfico n.º 1



No que respeita ao número de entidades proprietárias no ano de 2001, verifica-se que mais de $\frac{3}{4}$ das entidades proprietárias dos equipamentos sociais não têm fins lucrativos, representando as IPSS cerca de 71% deste universo.

2.1.2 – Entidades lucrativas e não lucrativas – evolução 1998 – 2000 – 2001

Gráfico n.º 2



A proporção entre estes dois grandes grupos de entidades tem-se mantido mais ou menos inalterável desde 1998, com as entidades não lucrativas a representarem mais de 75% do total.

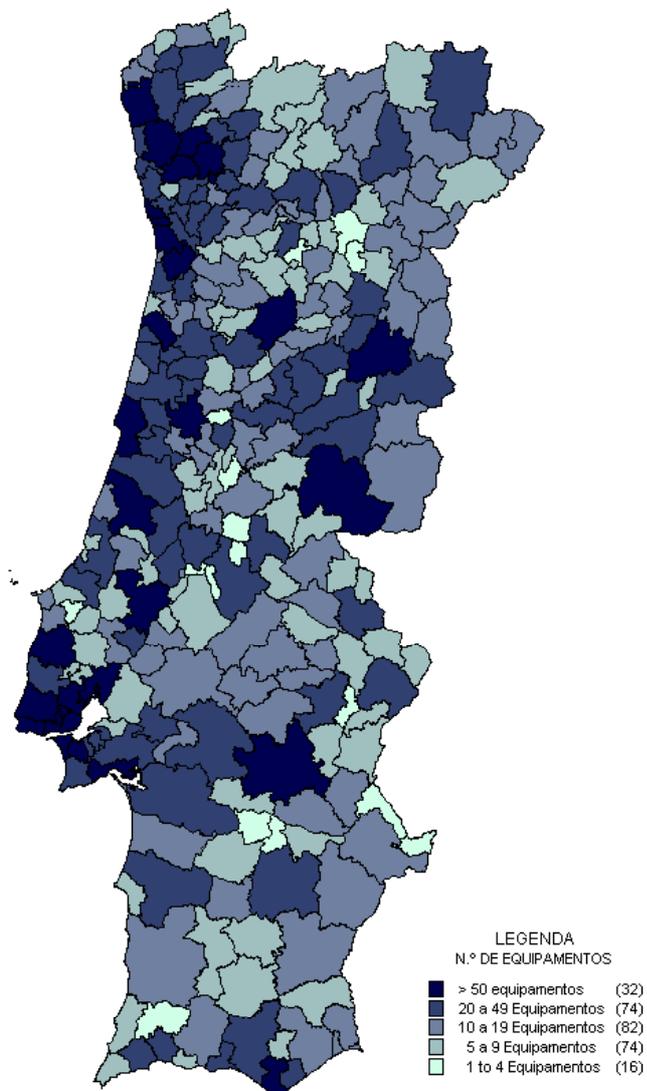
Embora as entidades lucrativas tenham crescido a um ritmo superior (28,8%) ao das não lucrativas (16,5%), assistiu-se, no período de referência, à criação média de cerca de 2,3 entidades não lucrativas por cada nova entidade lucrativa.

2.2 - Equipamentos

No âmbito da “Carta Social” considera-se como equipamento toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento às respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes como, por exemplo, as amas e as creches familiares, o apoio ocupacional domiciliário para deficientes, as equipas de apoio social directo para toxicodependentes, ou o apoio domiciliário para deficientes, pessoas infectadas com VIH/Sida e idosos.

Mapa n.º 1

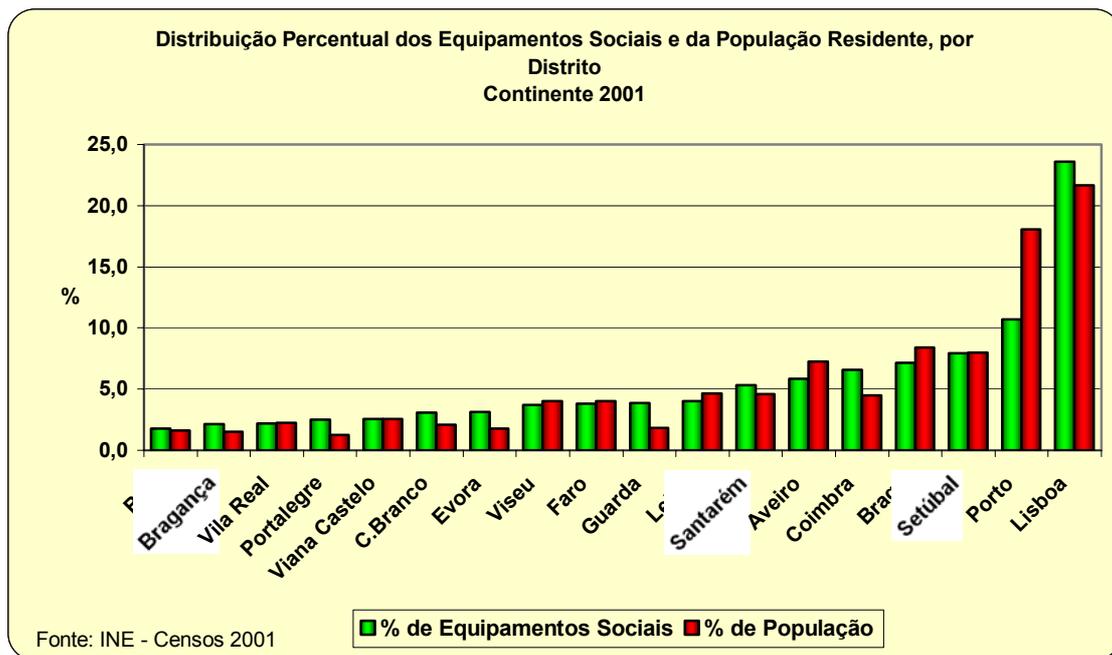
Distribuição Espacial dos Equipamentos Sociais, por Concelho
Ano 2001



Uma primeira constatação é a de que todos os concelhos do país estão cobertos por equipamentos sociais e apenas 5,8% dos mesmos detêm menos de 5 equipamentos, enquanto 11,5% contam com mais de 50 equipamentos.

Observa-se que, em geral, a distribuição percentual desses equipamentos, a nível distrital, acompanha de perto o padrão de distribuição da população residente.

Gráfico n.º 3

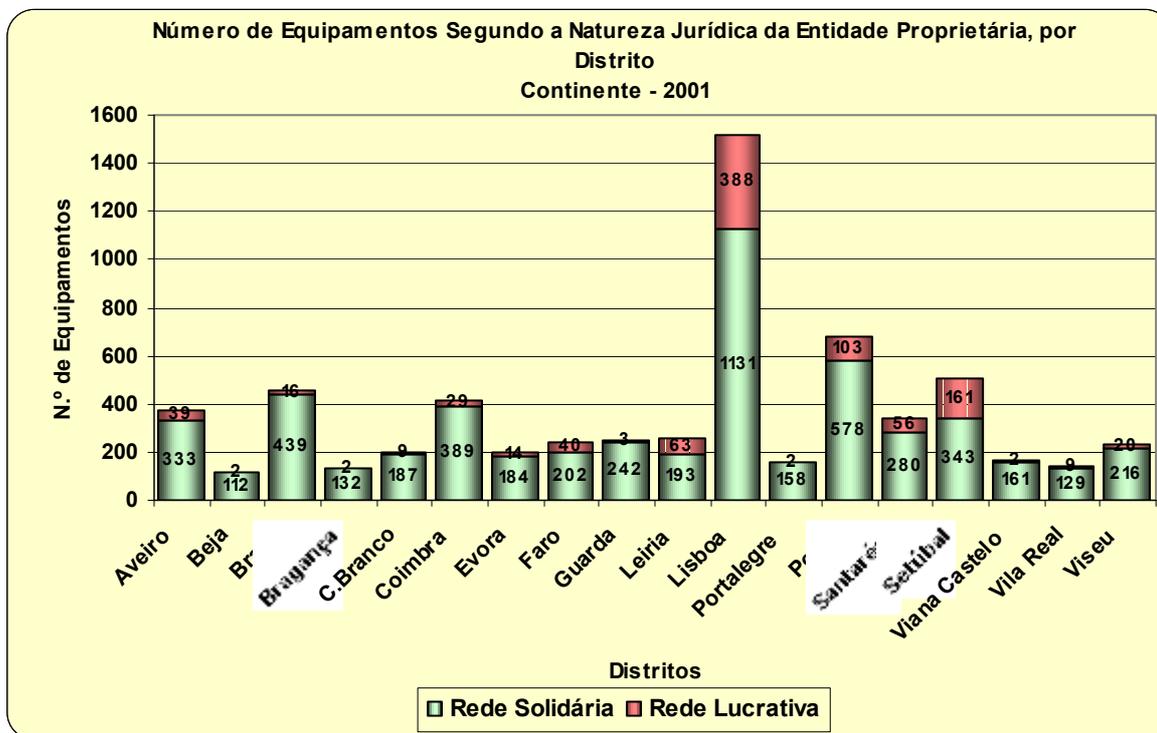


Comparando as distribuições percentuais dos equipamentos sociais e da população por distrito, os maiores desfasamentos observam-se no distrito de Lisboa que concentra um maior peso relativo de equipamentos sociais do que de população, verificando-se o inverso no distrito do Porto.

Quase todos os distritos do interior do país apresentam uma maior proporção de equipamentos do que de população, só existindo um relativo equilíbrio entre os dois valores em Vila Real, Viana do Castelo, Viseu, Beja, Faro e Setúbal.

2.2.1 – Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2001

Gráfico n.º 4

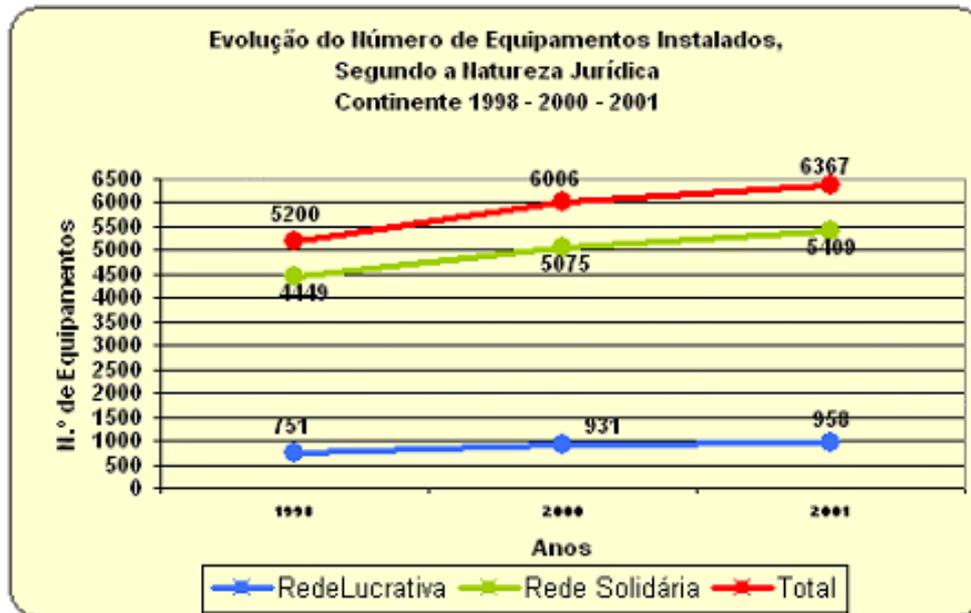


Tal como já foi referido em relação às Entidades Proprietárias, também os equipamentos não lucrativos (rede solidária) são em muito maior número (85% do total) do que os que compõem a rede lucrativa (15%), o que reflecte a grande importância dos primeiros no papel que desempenham na área da acção social e de apoio à população em geral e, em particular, aos grupos mais desfavorecidos.

Numa análise desagregada ao nível distrital, Setúbal apresenta a menor proporção de equipamentos não lucrativos no conjunto dos equipamentos existentes, 68,1%, seguindo-se Lisboa e Leiria com 74,5% e 75,4%, respectivamente, enquanto que na generalidade dos restantes distritos os equipamentos que integram a rede lucrativa têm uma expressão pouco significativa.

2.2.2 – Equipamentos lucrativos e não lucrativos – evolução 1998 – 2000 – 2001

Gráfico n.º 5



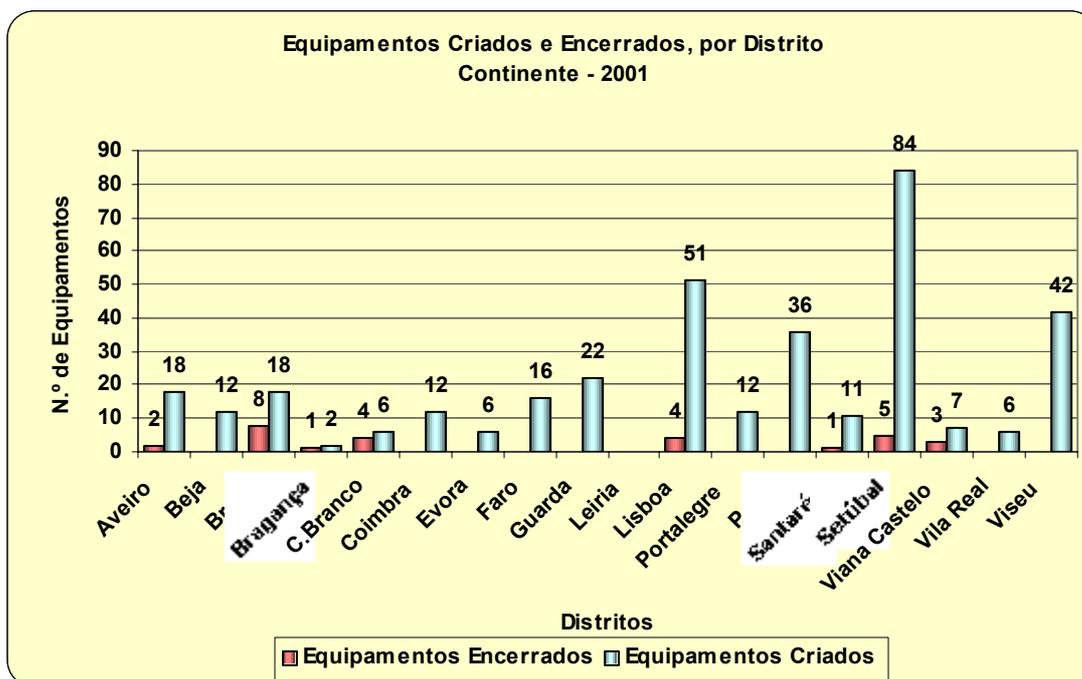
O total de equipamentos sociais, em geral, cresceu, desde 1998, cerca de 22,4%, traduzindo-se na criação de 960 equipamentos na rede solidária e 207 na rede lucrativa.

Em 2001, por referência a 2000, os equipamentos que constituem a rede solidária cresceram 6,6%, ao passo que os que integram a rede lucrativa registaram apenas um aumento de 2,9%.

De um modo geral, verifica-se que a rede de equipamentos tem crescido a uma média de 389 equipamentos por ano, com a instalação de cerca de 5 equipamentos da rede solidária por cada equipamento lucrativo criado.

2.2.3 – Equipamentos criados e encerrados em 2001

Gráfico n.º 6



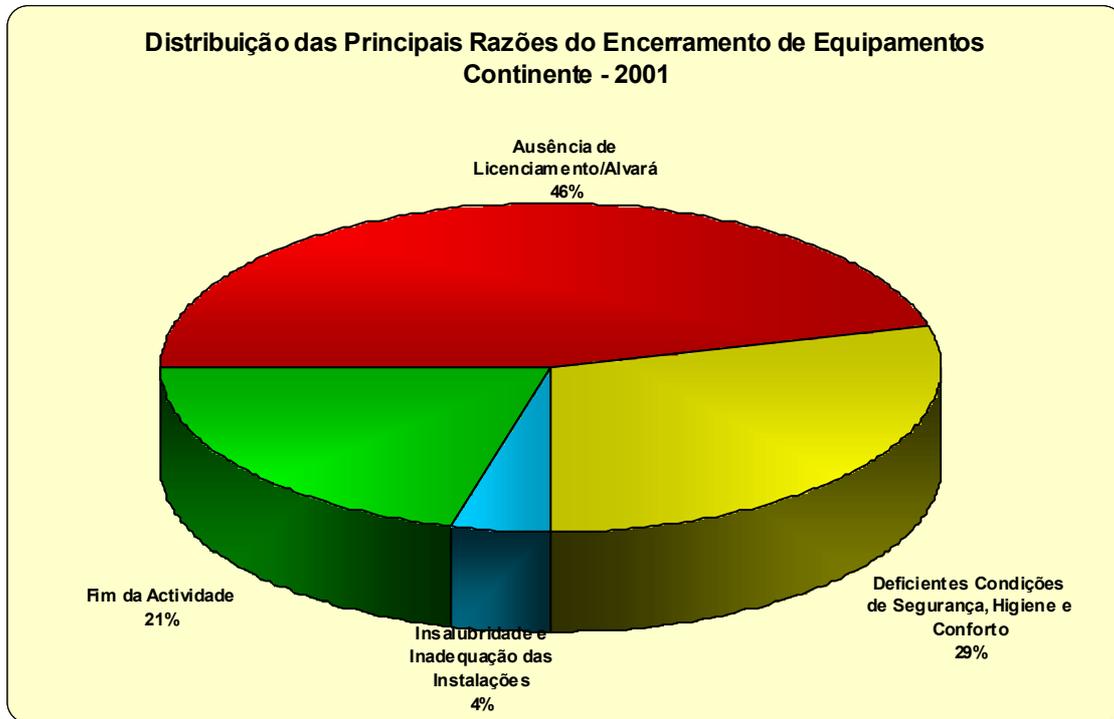
Nota: O Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Leiria, por dificuldades técnicas durante o processo de actualização dos dados, não preencheu as variáveis referentes à criação e encerramento de equipamentos.

A relação entre equipamentos criados e encerrados é francamente positiva, tendo sido criados, em 2001, mais de 12 equipamentos novos por cada equipamento encerrado.

Braga foi o distrito onde encerraram mais equipamentos, enquanto Setúbal registou o maior número de novos equipamentos, seguindo-se os distritos de Lisboa, Viseu e Porto.

2.2.4 – Principais razões para o encerramento dos equipamentos

Gráfico n.º 7



O principal motivo para o encerramento dos equipamentos foi a ausência de licenciamento (no caso de equipamentos da rede solidária) ou de alvará para funcionamento (caso dos equipamentos da rede lucrativa), o que representa quase metade do número de equipamentos encerrados.

Cerca de um terço dos equipamentos encerraram por deficientes condições de segurança, higiene, conforto e insalubridade ou inadequação das instalações para o desenvolvimento da sua actividade.

Apenas 21% dos equipamentos foram encerrados por iniciativa própria dos seus proprietários, tratando-se, neste caso, de equipamentos com fins lucrativos.

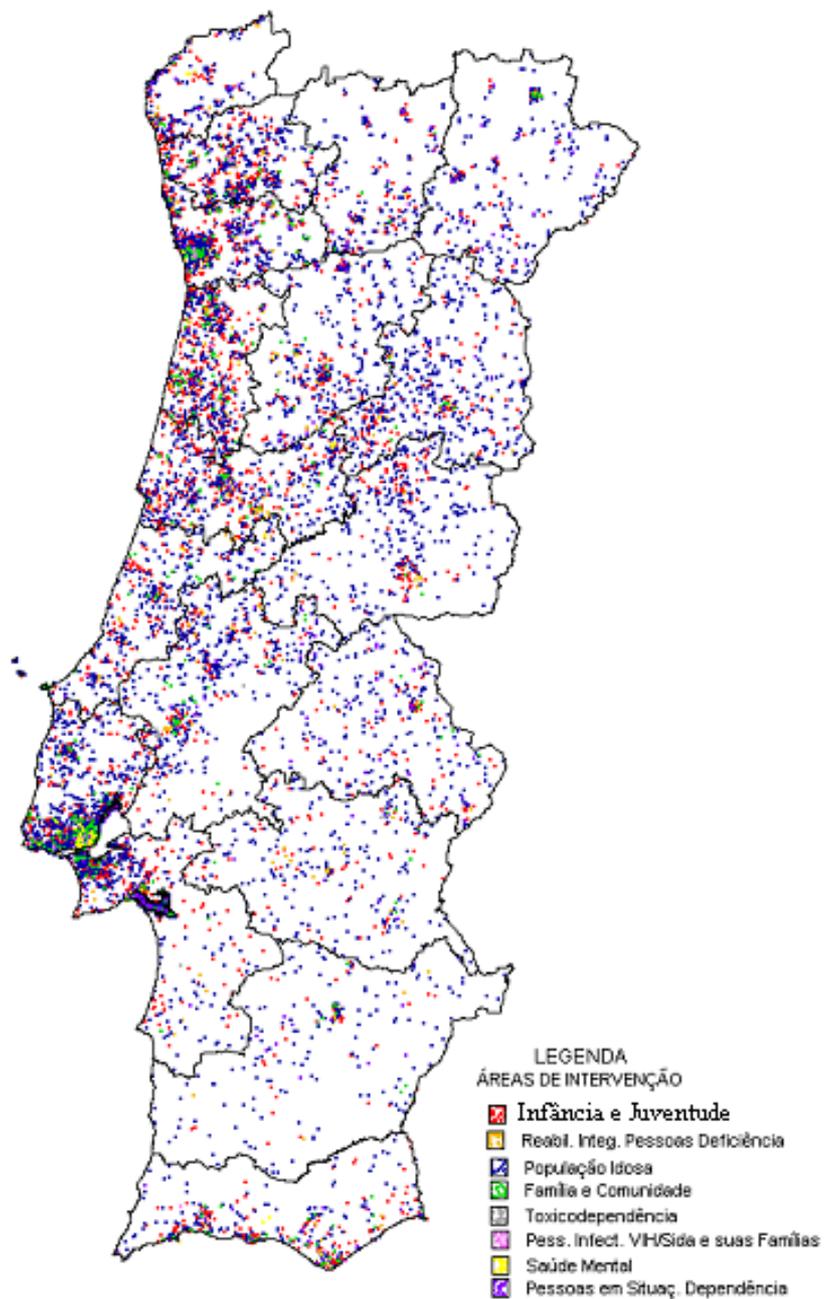
2.3 – Respostas sociais

As respostas sociais tratadas no âmbito deste relatório constituem as diferentes modalidades de intervenção de acção social em serviços e equipamentos de apoio, de acordo com as nomenclaturas e conceitos em vigor, cujo documento se encontra em anexo.

2.3.1 – Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção – situação em 2001

Mapa n.º 2

Distribuição Espacial das Respostas Sociais Segundo as Áreas de Intervenção
Ano de 2001

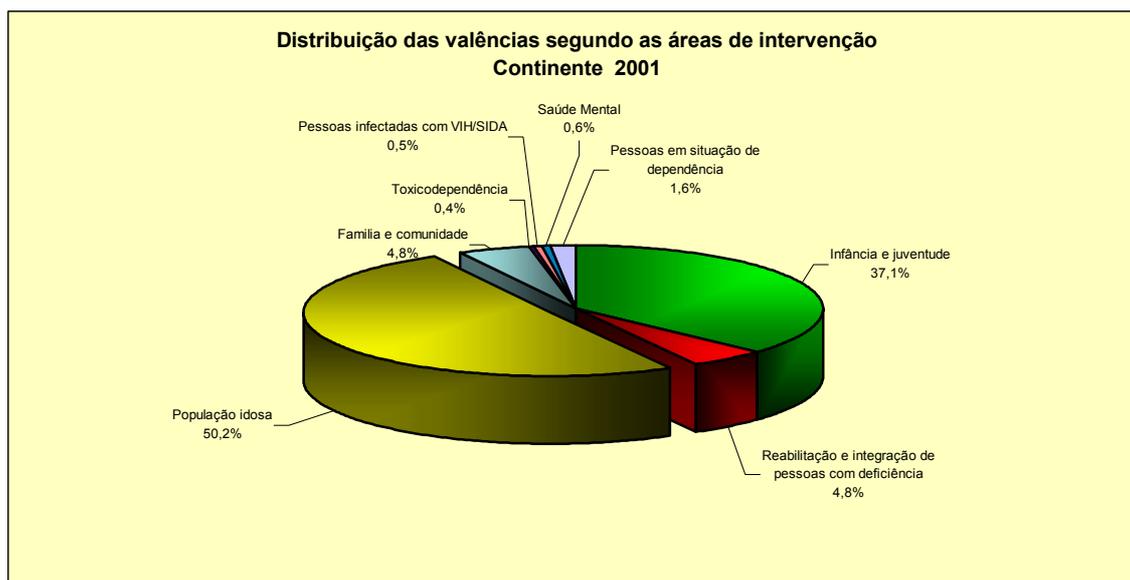


A Distribuição espacial das respostas sociais não é uniforme por todo o território continental. Do mapa em presença, ressalta a maior concentração de respostas sociais na zona litoral Norte e Centro, estendendo-se até á península de Setúbal. As áreas geográficas onde se observa uma menor incidência de respostas são também aquelas onde a densidade populacional é também mais baixa.

As respostas dirigidas à Infância e Juventude apresentam uma concentração na área envolvente dos grandes núcleos urbanos, com especial relevo para as capitais de distrito, enquanto que as dirigidas à população idosa estão mais disseminadas pelo território.

2.3.2 – Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2001

Gráfico n.º 8

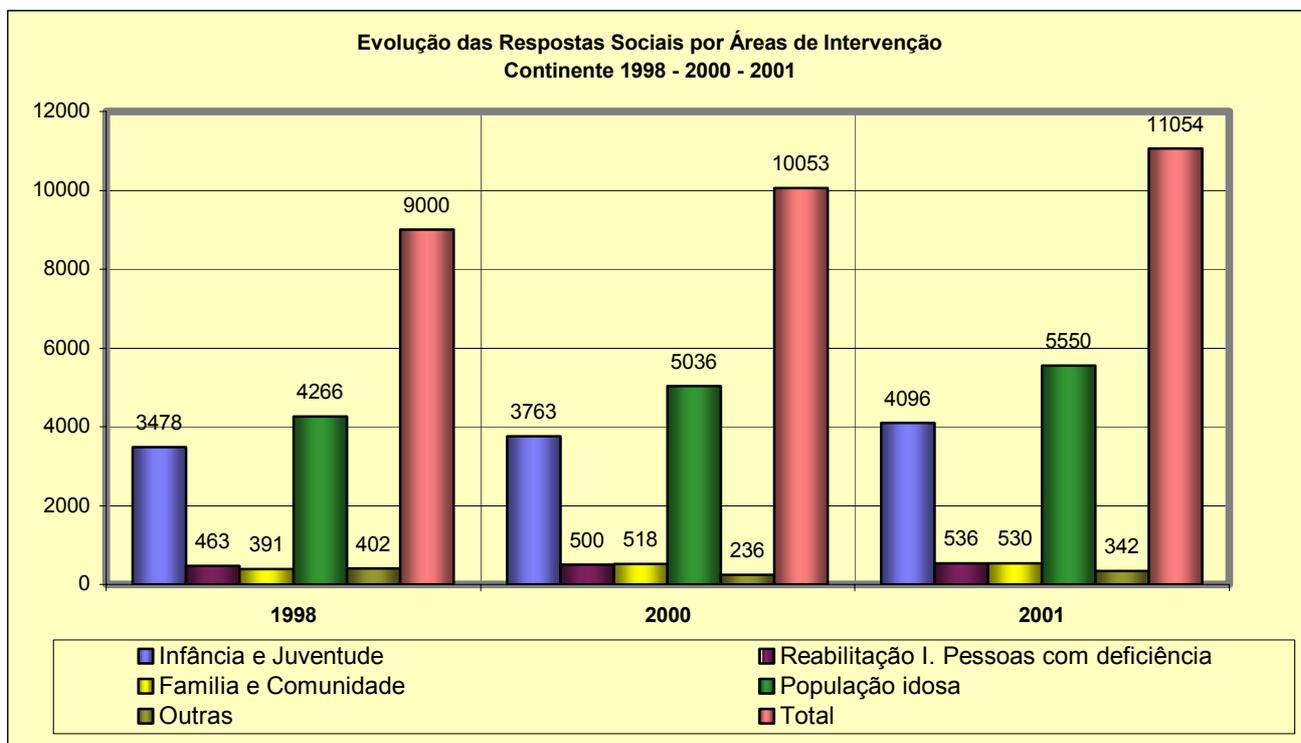


Em 2001, 87,3% das respostas sociais a funcionar em Portugal Continental destinavam-se exclusivamente às áreas da Infância e Juventude e da População idosa, representando as restantes áreas de intervenção pouco mais de 12% do total das valências.

Cerca de 50% da totalidade das respostas sociais têm como público alvo a população idosa. Em contraste com esta situação, as áreas da toxicodependência, HIV/SIDA e Saúde Mental detêm um peso percentual quase insignificante neste contexto.

2.3.3 – Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998 – 2000 - 2001

Gráfico n.º 9



A oferta de serviços e equipamentos, integrada na Rede Social, tem vindo, ao longo dos últimos anos, a reforçar a sua capacidade de intervenção junto dos públicos a que se destina. Por conseguinte, o número de respostas sociais em funcionamento em Portugal Continental, tem aumentado gradualmente, potenciando também o número de utentes.

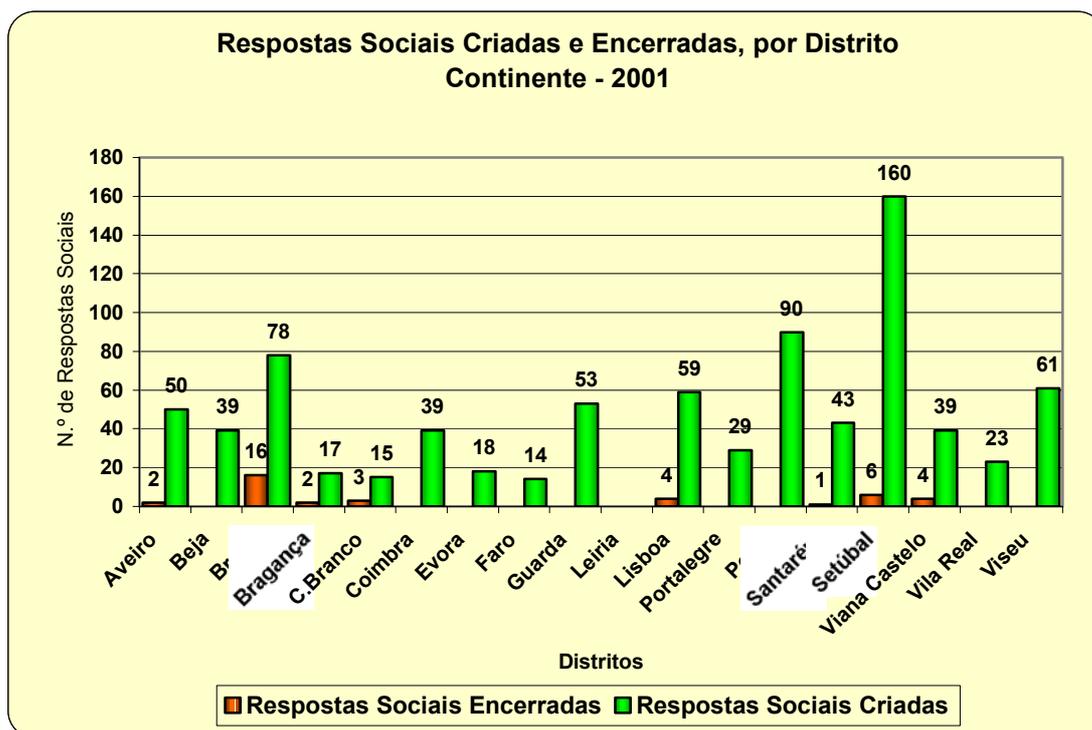
No período de 1998 - 2001, o número total de respostas sociais cresceu 22,8%, valor muito próximo do verificado com os equipamentos em igual período.

Numa análise mais particular, verifica-se que as áreas da Infância e Juventude e da População Idosa são as que registaram maior percentagem de crescimento (17,8% e 30,1%), respectivamente.

2.3.4 – Respostas sociais criadas e encerradas em 2001

Com base no gráfico n.º 10 podem observar-se os fluxos de criação/encerramento de respostas sociais no Continente em 2001.

Gráfico n.º 10



Nota: O Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Leiria, por dificuldades técnicas não procedeu à actualização da base de dados.

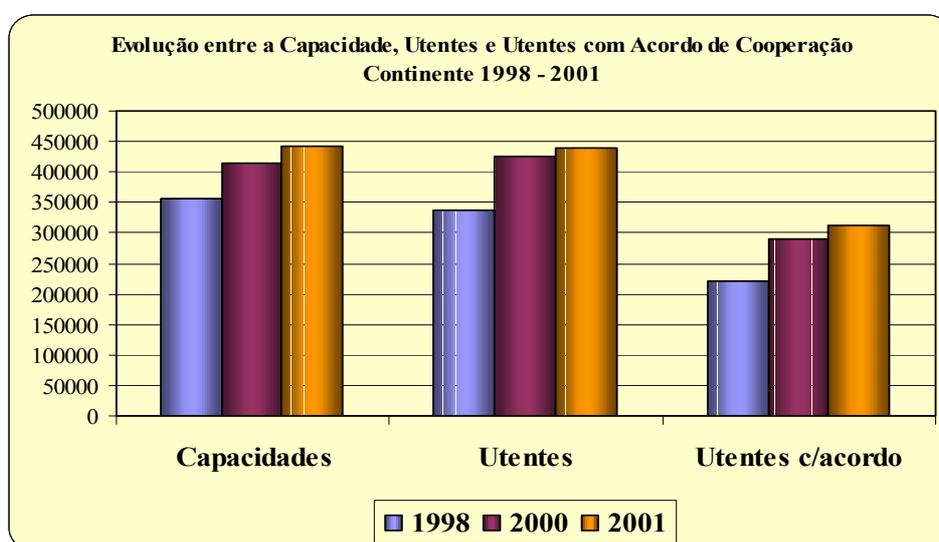
Em 2001, foram criadas 827 novas respostas sociais, valor que ultrapassa em muito o número de encerramentos (38). Este saldo, altamente positivo em termos de criação, é observado em todos os distritos, ainda que com intensidades diferentes.

Setúbal (160), Porto (90) e Braga (78) foram os distritos onde mais respostas sociais entraram em funcionamento, mas enquanto que em Setúbal e no Porto o número de extinções quase não teve expressão ou foi mesmo nulo, no de Braga já detem um ligeiro significado (16 extintas, 78 criadas) .

2.3.5 – Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação – evolução 1998 – 2000 – 2001

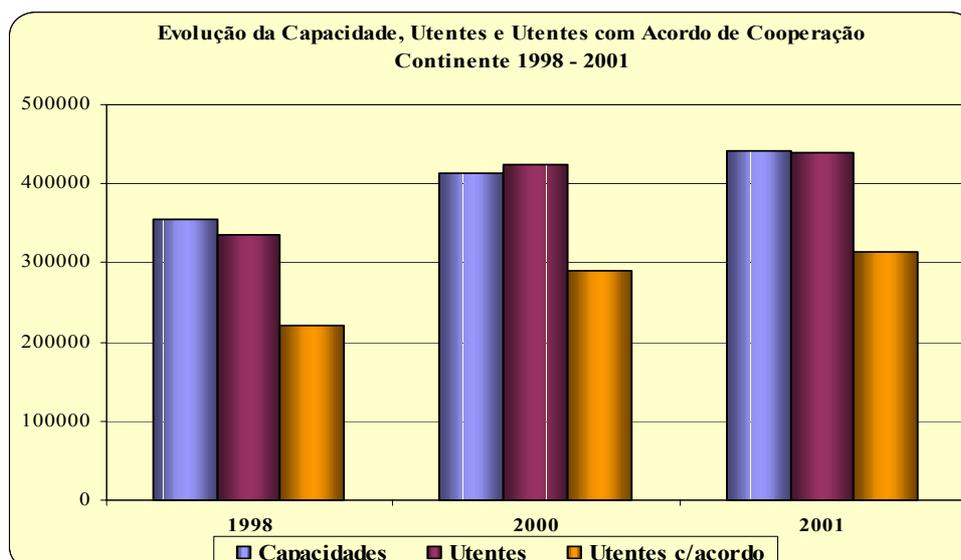
O reforço da Rede Social ao longo dos três últimos anos de referência não se reflecte apenas no aumento do número de respostas sociais, mas ainda nas capacidades, no número de utentes e de utentes financiados por acordos de cooperação.

Gráfico n.º 11



O gráfico anterior demonstra que a intensidade de crescimento da oferta de serviços (22,8%) foi ultrapassada pela do incremento de lugares e pelo número de utilizadores. Deste modo, em 2001, existem mais 85.000 lugares (24,4%), 104.700 utentes (31%) e 92.562 utentes com acordo (42%) que em 1998.

Gráfico n.º 12



O gráfico anterior apresenta em simultâneo a evolução da capacidade instalada, do número de utentes e do número de utentes com acordo de cooperação, em cada ano do período de análise.

A ligeira sobre-ocupação registada em 2000, foi corrigida em 2001 com a implementação de mais lugares disponíveis, situando-se assim a taxa de utilização em 99,6%.

Por outro lado, em 2001, 71,2% da população utilizadora da totalidade das respostas sociais dispunha de acordo de cooperação, percentagem que é tanto mais elevada se se considerar que dentro do universo dos utentes considerados, incluem-se também os que frequentam estabelecimentos lucrativos.

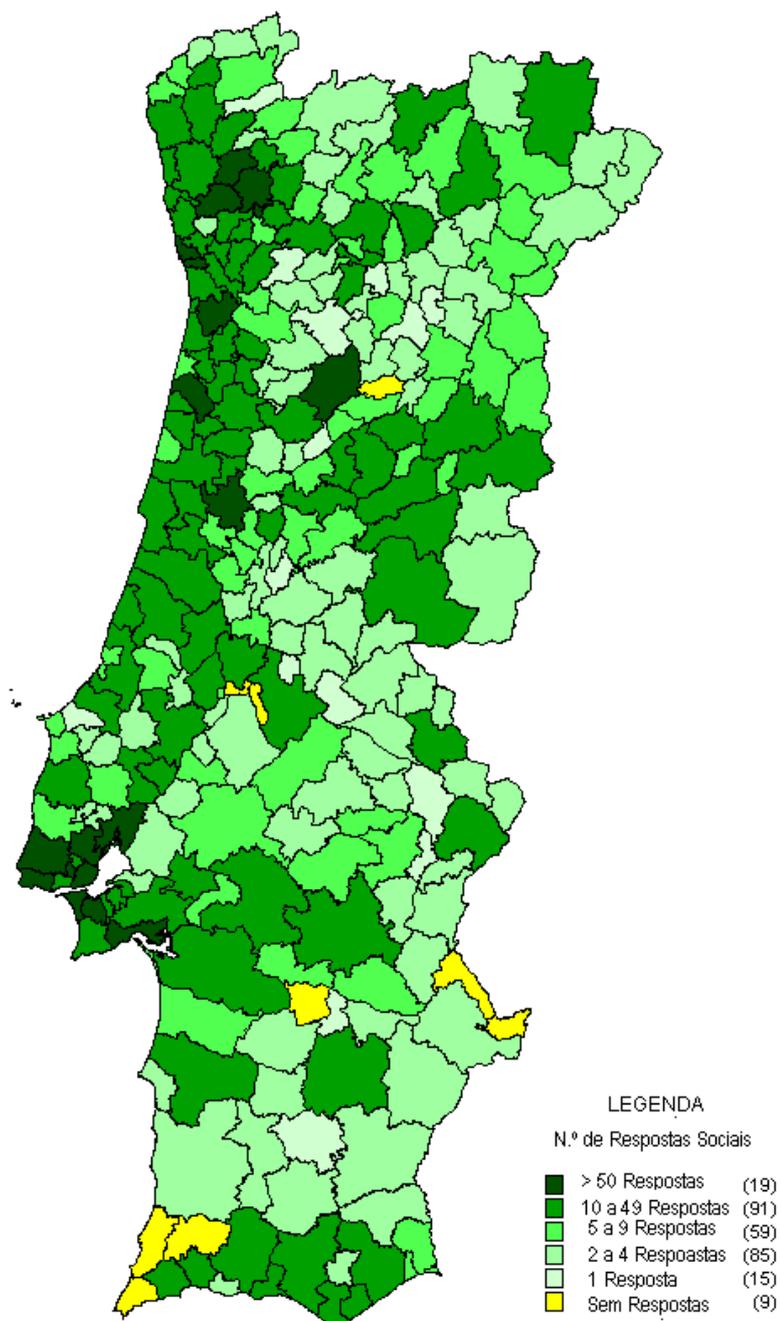
3 – Respostas sociais por áreas de intervenção e tipo de resposta

3.1 – Infância e Juventude

3.1.1 – Distribuição espacial das respostas por concelho – situação em 2001

Mapa n.º 3

Distribuição Espacial das Respostas Sociais para a Área da Infância e Juventude,
por Concelho
Ano de 2001



O mapa apresentado contempla apenas as respostas sociais para a Infância e Juventude desenvolvidas em equipamentos sociais, não se encontrando cartografadas as valências de Ama e Família de Acolhimento que, dadas as suas características, são tratadas à parte.

De um modo geral, verifica-se que os concelhos mais populosos são os que apresentam maior número de respostas sociais, denotando um equilíbrio entre a distribuição populacional e a densidade de equipamentos sociais.

Como já foi referido anteriormente, os equipamentos para a Infância e Juventude tendem a instalar-se nas áreas urbanas ou nas suas envolventes, com relações de proximidade à residência dos pais ou dos seus locais de trabalho.

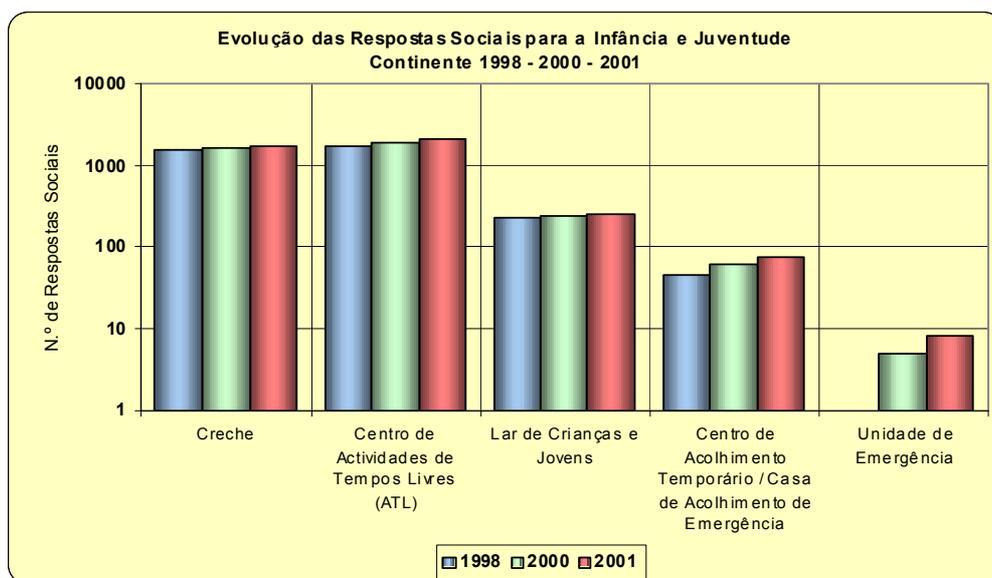
A distribuição espacial das valências para este tipo de população alvo apresenta uma maior concentração no litoral para Norte da península de Setúbal, especialmente nos concelhos que integram as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as principais sedes de distrito.

Apenas nove concelhos (Penalva do Castelo, Constância, Vila Nova da Barquinha, Barrancos, Alvito, Mourão, Monchique, Aljezur e Vila do Bispo) não apresentam respostas sociais para este tipo de população alvo, sendo, no entanto, cobertos por amas, com exceção dos concelhos de Constância, Barrancos e Alvito onde não existe qualquer tipo de resposta para crianças e jovens.

3.1.2 – Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes - 1998 – 2000 – 2001

De um modo geral, tem-se verificado uma evolução positiva em todos os tipos de respostas sociais para a área da Infância e Juventude, registando-se no seu conjunto, um crescimento de 8,9% de 2000 para 2001, ultrapassando mesmo o crescimento verificado de 1998 para 2000 (8,7%).

Gráfico n.º 13

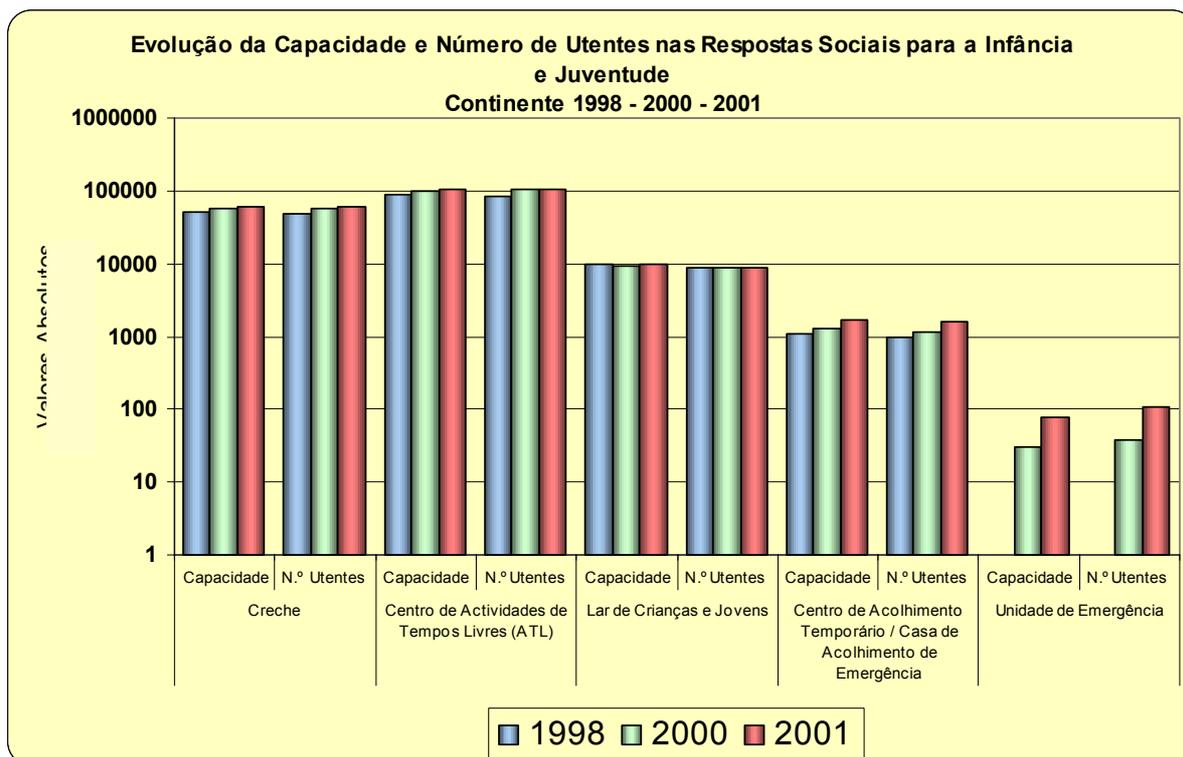


Nota: Dada a especificidade e características das “amas”, serão tratadas isoladamente no ponto 3.1.5

Numa análise desagregada, constata-se que o número de creches cresceu 7,8% no último ano, tendo os Centros de Actividade de Tempos Livres registado um aumento de 9,7%, e os Lares de Crianças e Jovens apenas 5,8%, o que, em parte, resulta da sua própria especificidade.

As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens em situação de risco - Centros de Acolhimento Temporário e Unidades de Emergência - foram as que registaram um crescimento mais acentuado, com 19,4% e 60,0%, respectivamente, o que reflecte a preocupação existente com esta problemática.

Gráfico n.º 14



Nota: Dada a especificidade e características das "amas", serão tratadas isoladamente no ponto 3.1.5

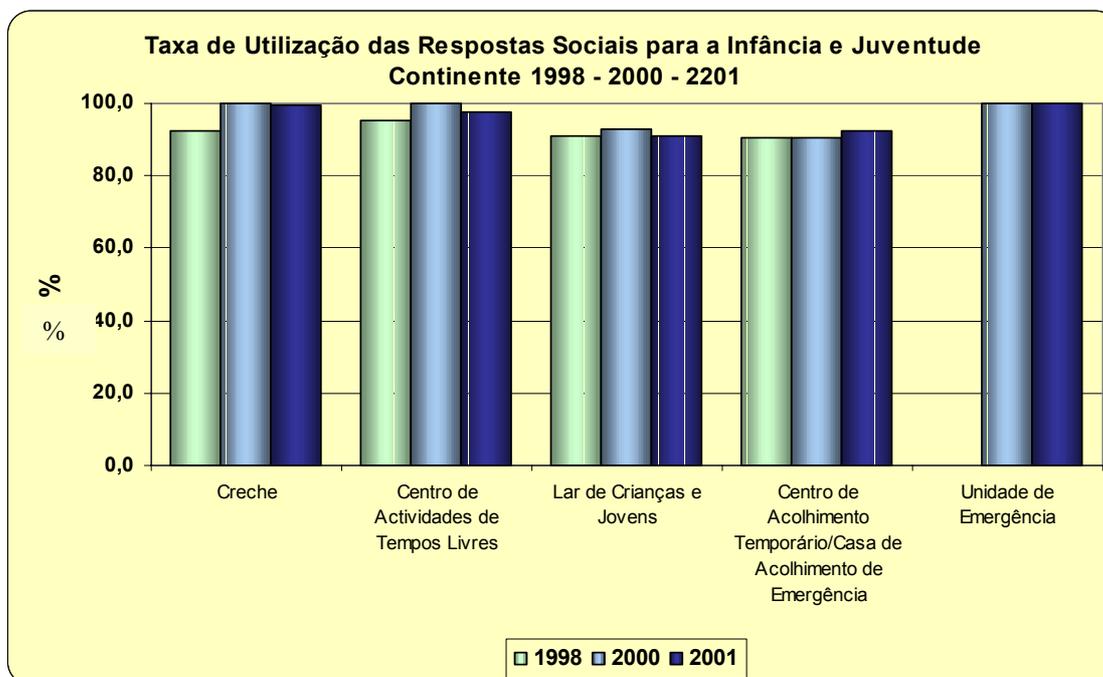
A capacidade e o número de utentes referente ao total de respostas sociais para a Infância e Juventude, cresceram, em 2001, respectivamente 5,7% e 3,6%.

No que respeita às Creches, Centros de Actividade de Tempos Livres e Lares de Crianças e Jovens, as capacidades têm registado um crescimento ligeiramente superior ao número de utentes, enquanto que nas respostas sociais destinadas às crianças e jovens em situação de risco (Centros de Acolhimento Temporário e Unidades de Emergência) verifica-se o oposto, onde o número de utentes cresceu mais do que a capacidade.

3.1.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001

A taxa de utilização, relação entre o número de utentes e a capacidade instalada, para este grupo alvo é das mais elevadas quando comparada com as respostas para outras áreas de intervenção.

Gráfico n.º 15



Nota: Dada a especificidade e características das “amas”, serão tratadas isoladamente no ponto 3.1.5

No conjunto das respostas sociais desta área, pode considerar-se uma taxa de utilização quase plena em 2001 (97,7%), mas os esforços efectuados neste ano em termos da capacidade a disponibilizar levaram a uma melhoria da situação relativamente a 2000 (99,7%).

Numa análise particularizada do tipo de respostas, observa-se que as creches, após uma sobrelotação em 2000, passaram para uma taxa de utilização de 99,4% em 2001, graças à instalação de novas unidades ao abrigo do “Programa Creches 2000”.

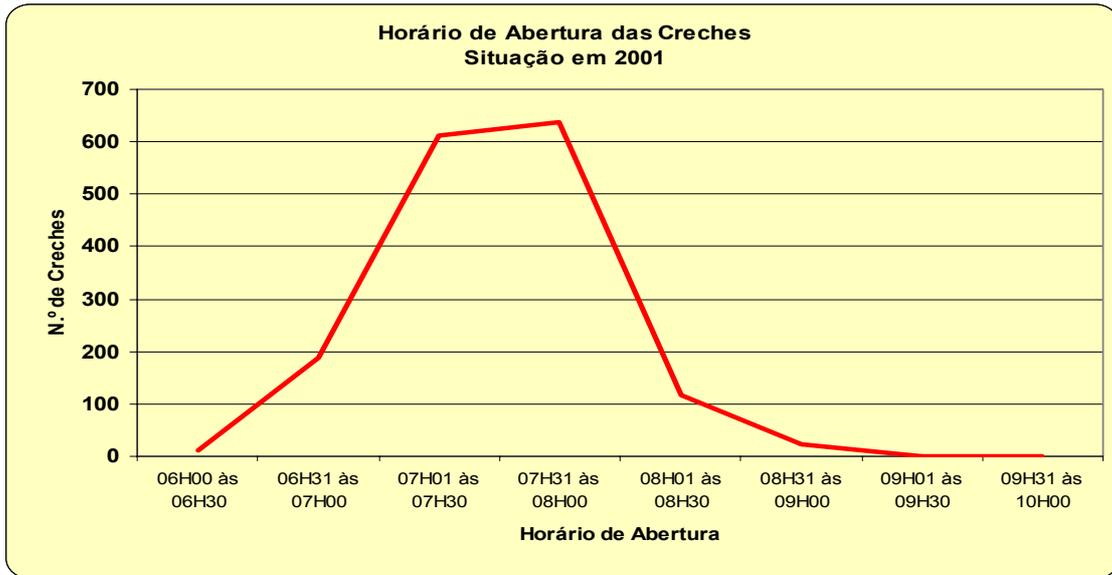
No que se refere aos Centros de Ocupação de Tempos Livres (ATL), a situação está, também, próxima da utilização total com 97,4% em 2001, o que representa uma melhoria face à sobrelotação que se verificava em 2000.

É numa das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens em risco - Unidades de Emergência - que a situação é mais preocupante, onde as taxas indicam uma sobrelotação.

3.1.4 – Horário de funcionamento das creches - situação em 2001

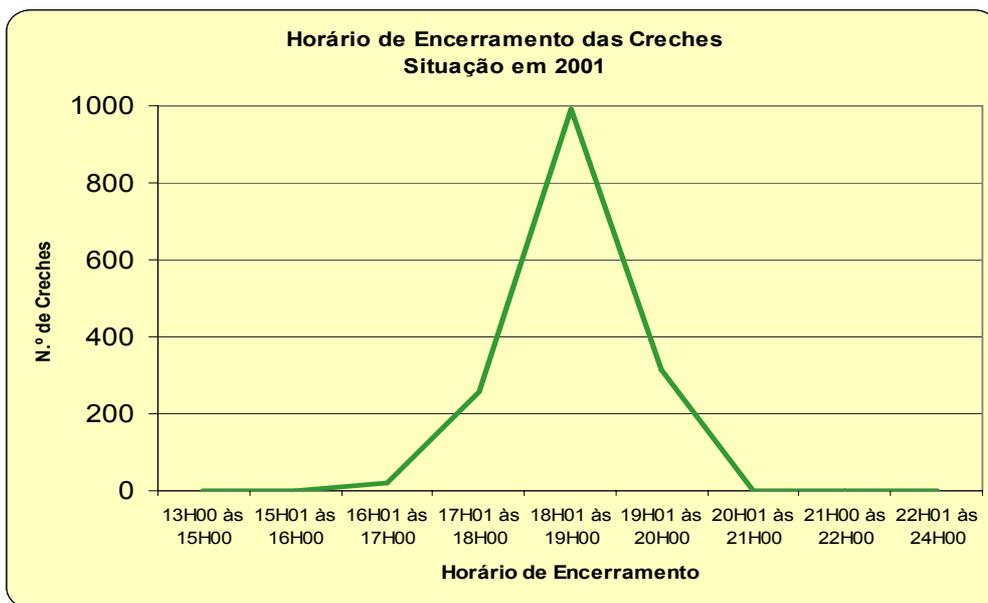
O horário de funcionamento das creches está relacionado com a sua área de influência que, em alguns casos, é definida em função do local de residência da criança e em outros, pelo local de trabalho dos pais, sendo esta última mais utilizada nas grandes áreas urbanas onde os pais preferem colocar as crianças em estabelecimentos mais próximos dos seus locais de trabalho.

Gráfico n.º 16



No que se refere ao horário de abertura das creches, verifica-se que a grande parte (78,5%) inicia a sua actividade entre as 07:00h e as 08:00h.

Gráfico n.º 17



Quanto ao horário de encerramento, uma grande parte das creches (62,3%) encerram entre as 18:00h e as 19:00h, o que, em certos casos, causa constrangimentos quando da recolha das crianças pelos pais, especialmente os que optam por colocar as crianças nos estabelecimentos mais próximos das suas áreas de residência.

Apenas 17,7% das creches encerram antes das 18:00h, enquanto que 19,9% encerram depois das 19:00h, e apenas duas encerram às 24 horas, tratando-se de creches de serviços sociais de empresas que laboram por turnos.

3.1.5 – A resposta social Ama

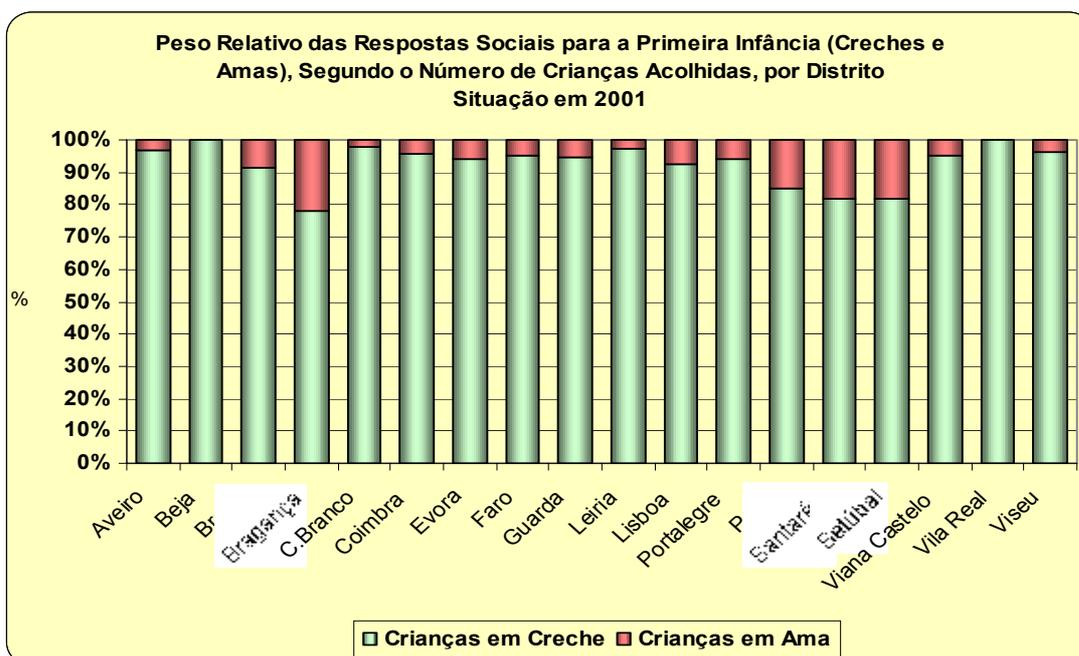
A resposta social Ama, destinada ao mesmo grupo etário das crianças que frequentam a Creche (3 meses aos 3 anos), é tratada de forma autónoma por não depender directamente de um equipamento social, sendo uma actividade desenvolvida em casa da ama que cuida das crianças durante o período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Na maior parte dos casos as amas estão enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou por Instituições Particulares de Solidariedade Social, em grupos não inferiores a 12 nem superior a 20 amas, denominadas creches familiares, que têm também por finalidade recolocar as crianças nas situações de impedimento das amas em que as crianças estão colocadas.

Esta resposta social, em muitos casos, tem a finalidade de suprir a deficiente cobertura da rede de creches ou problemas de sobrelotação destas em algumas áreas geográficas.

3.1.5.1 – Situação em 2001

Gráfico n.º 18



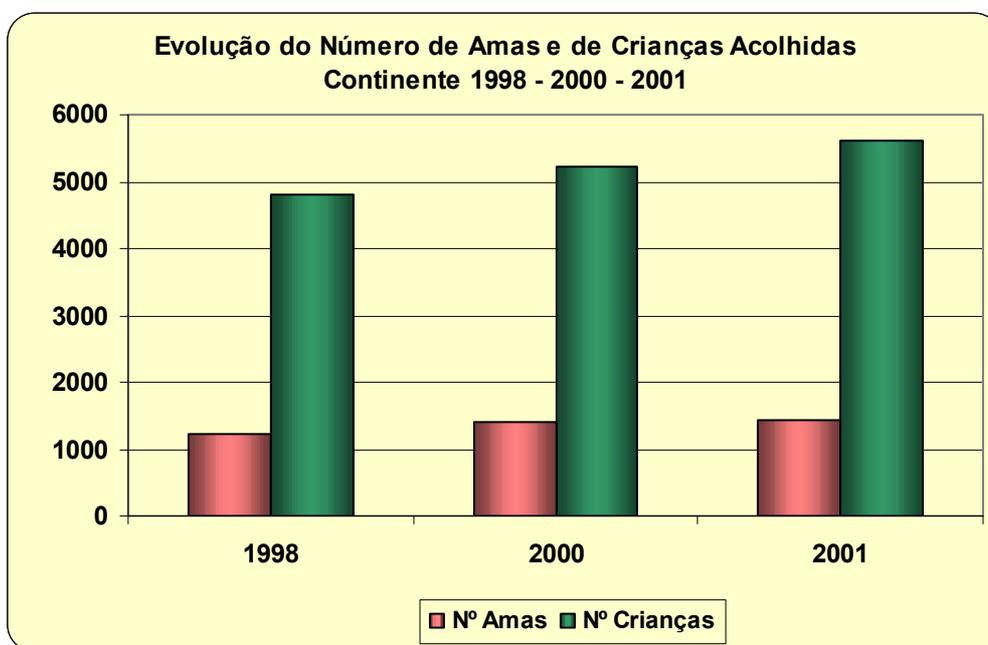
O peso relativo das amas no total do acolhimento de crianças dos 0 aos 3 anos de idade não é uniforme em todos os distritos, dependendo de dinâmicas locais que estão relacionadas, por vezes, com a dimensão do universo regional das crianças a acolher, o que poderá resultar numa insuficiente capacidade das creches em responder à procura e, também com factores de ordem psicológica ou cultural quanto à guarda das crianças.

Assim, o distrito de Bragança é o que apresenta um peso maior em relação ao número de crianças acolhidas em ama (21,8%), seguindo-se Santarém e Setúbal com 18,3%, o Porto com 15,0%, os restantes com valores entre os 2,2% (Castelo Branco) e os 8,7% (Braga), sendo de salientar que os distritos de Beja e Vila Real não dispõem de amas, onde a respostas sociais para a primeira infância são apenas cobertas pelas creches.

3.1.5.2 – Evolução do número de amas e crianças acolhidas – 1998 – 2000 - 2001

Os dados referentes a amas e às crianças acolhidas tem obedecido, desde 1998, a uma metodologia de recolha da informação diferente da adoptada para as restantes respostas sociais, assentando na informação administrativa existente e disponibilizada pelos diversos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social.

Gráfico n.º 19



Tem-se verificado uma evolução positiva, quer do número de amas, quer do número de crianças acolhidas, embora, no último ano, o número de crianças tenha aumentado muito mais (7,3%) do que o número de amas (2,3%), apresentando, assim, uma inversão ao que se

verificava em 2000, onde o número de amas havia crescido 14%, enquanto o número de crianças, 8,4%. No entanto, esta última constatação verificou-se numa dilação temporal de dois anos (1998-2000).

Das crianças acolhidas em 2001, 0,8% são portadoras de deficiência, valor que diminuiu substancialmente face ao ano anterior (1,2%).

O número médio de crianças acolhidas em ama, em 2001, era de 3,9 crianças/ama, valor que aumentou 0,2 crianças/ama em relação ao ano 2000.

3.1.6 – Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)

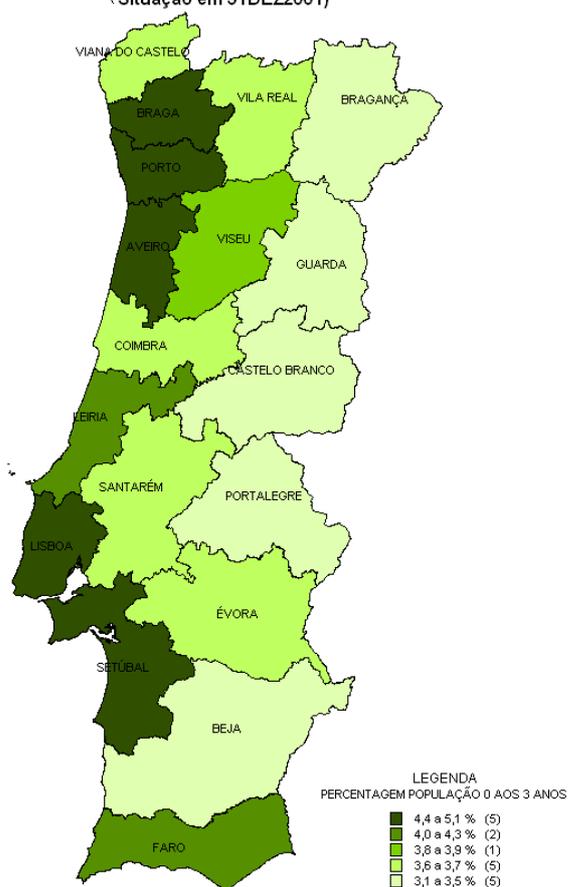
Por definição, o conhecimento da taxa de cobertura real e potencial exigiria conhecer a procura existente e potencial desses serviços e equipamentos, o que, para alguns tipos de resposta ou áreas de intervenção, não acontece.

Conhecendo-se, no entanto, em relação à primeira infância (creches + amas), a oferta, tanto em termos de capacidade existente como do número de utentes, e a população do mesmo grupo etário, construíram-se dois rácios, consoante o indicador da oferta utilizado no numerador, como “proxies”, ainda que grosseiras da taxa de cobertura. As conclusões terão, no entanto, de serem cuidadosas, nomeadamente nas comparações regionais já que as taxas de actividade em geral e as das mulheres em especial, o tipo de actividade desempenhada, as tradições e atitudes variam significativamente, não sendo lícito fazer coincidir o total desse grupo etário com a procura.

Em primeiro lugar, verifica-se que, em geral, as maiores percentagens de população até aos 3 anos de idade se localizam nos distritos do litoral, o que indicia uma estrutura etária mais jovem, enquanto que nos do interior, com excepção para o distrito de Évora, pelo contrário, apresentam um menor peso deste grupo etário.

Mapa n.º 4

Relação Entre a População dos 0 aos 3 Anos e a População Total, por Distrito
(Situação em 31DEZ2001)

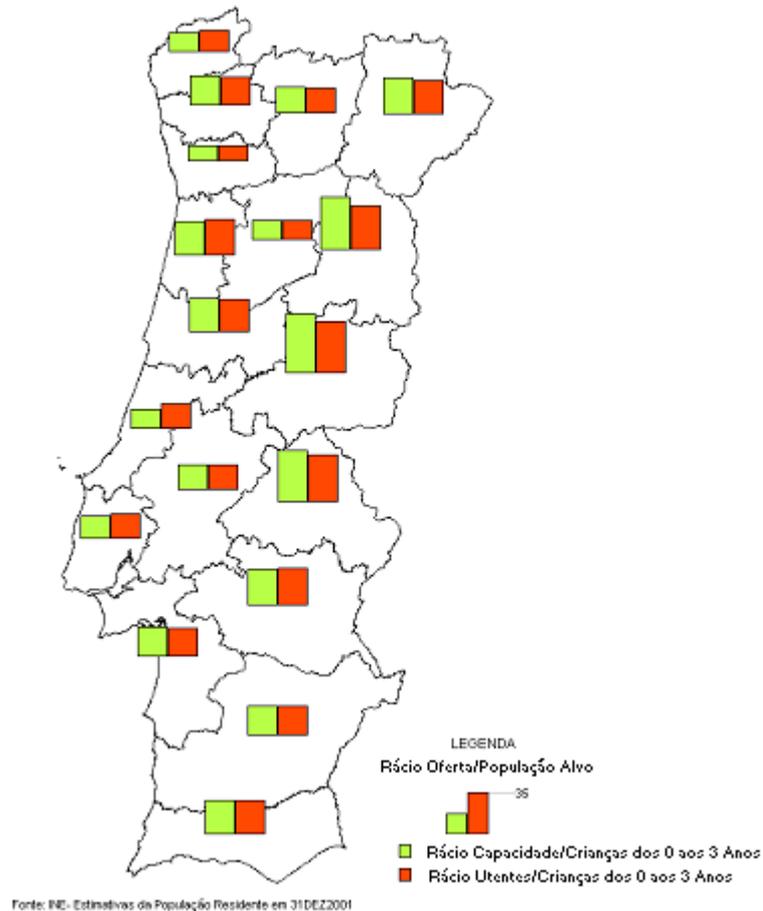


Fonte: INE - Estimativas da População Residente em 31DEZ2001

Em 2001, em relação ao Continente, a taxa medida pelo rácio capacidade disponível/número de crianças até aos 3 anos de idade é de 15,4%, valor idêntico ao observado usando no numerador o número de utentes (15,3%), o que volta a apontar para uma plena utilização da capacidade existente.

Mapa n.º 5

**Rácio Entre a Oferta (Amas e Creches) e a População Alvo (<=3Anos),
por Distrito
Ano de 2001**



Pela análise do mapa verifica-se que, de um modo geral, nos distritos do interior, onde a percentagem de população até aos 3 anos é mais baixa, o rácio capacidade/crianças dos 0 aos 3 anos de idade é superior ao que utiliza o número de utentes.

Por outro lado, nos distritos de Viana do Castelo, Aveiro, Leiria, Lisboa e Évora, verifica-se o oposto, sendo o rácio utentes/crianças dos 0 aos 3 anos de idade superior, o que poderá significar, nestas áreas geográficas, uma oferta insuficiente destas respostas sociais.

3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

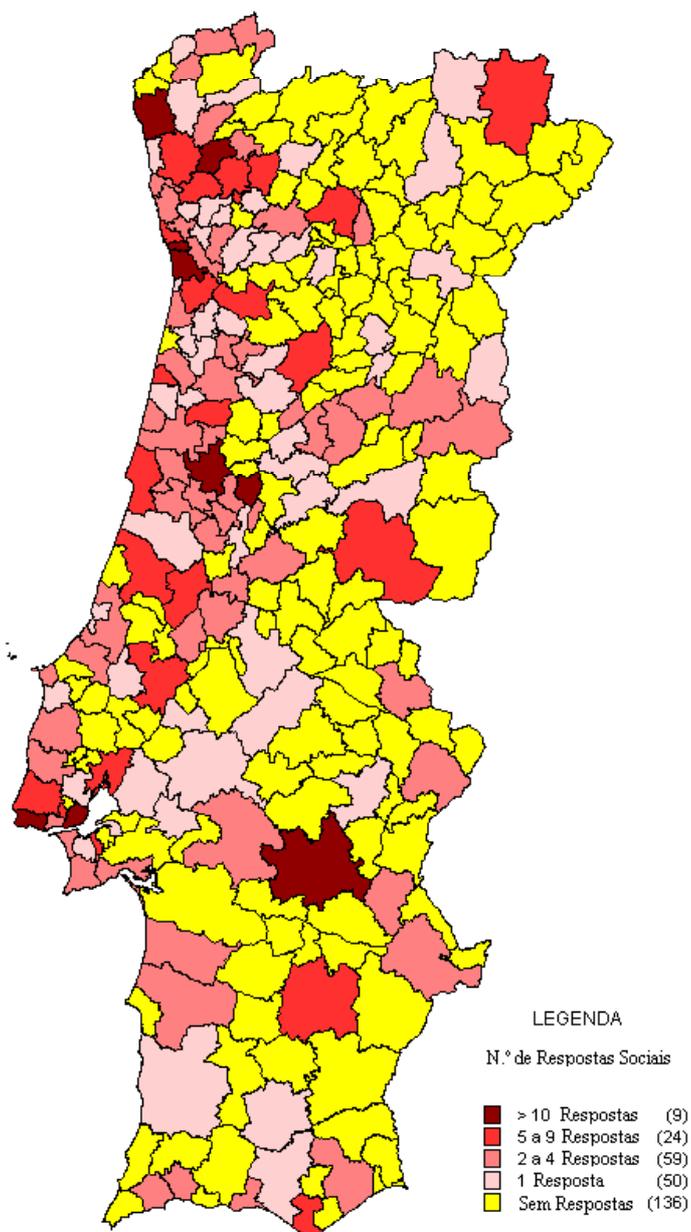
3.2.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001

Da visualização do mapa em presença ressalta imediatamente a constatação que cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental não dispõem de qualquer resposta social para pessoas com deficiência.

Mapa n.º 6

Distribuição Espacial das Respostas Sociais para a Área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, por Concelho

Ano de 2001



Deste modo, do universo dos 278 concelhos cartografados, cerca de 50% (136) não se encontram cobertos por respostas nesta área de intervenção. Dos 142 concelhos onde

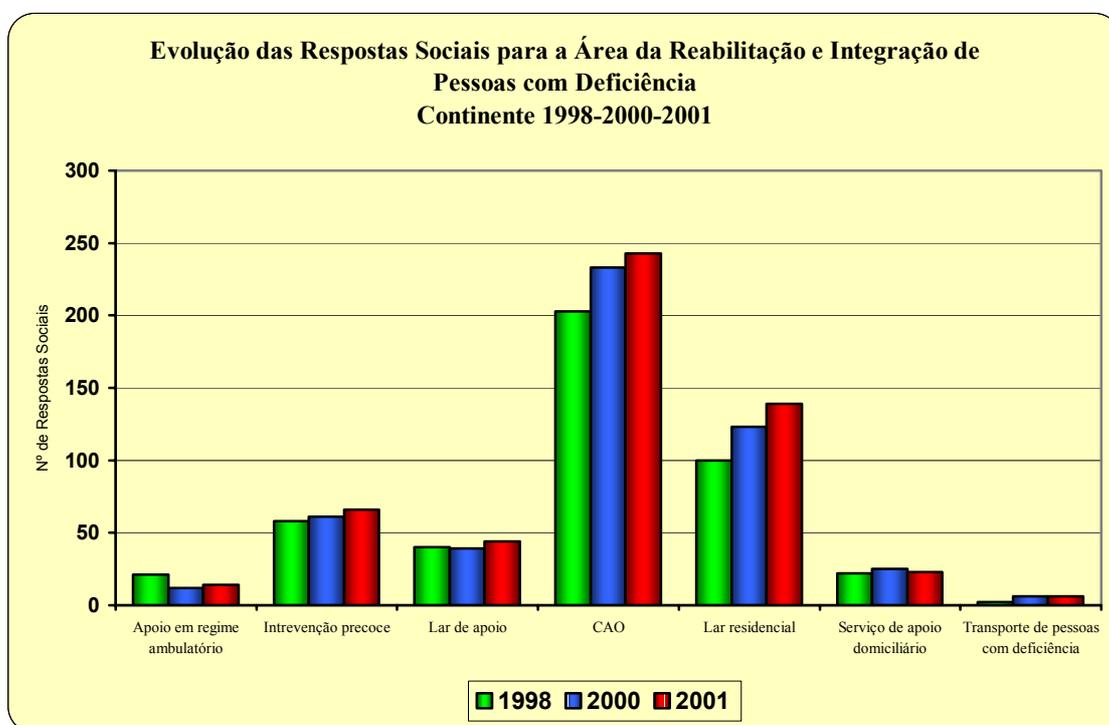
funcionam respostas para pessoas com deficiência, cerca de 37% apresentam apenas uma valência.

Os concelhos de Lisboa, Porto, Cascais, Coimbra, Braga, Viana do Castelo, Espinho, Lousã e Évora registaram em 2001 mais de dez respostas sociais para este grupo alvo.

3.2.2 – Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes – 1998 – 2000 – 2001

Através da representação gráfica seguinte, pode verificar-se uma evolução positiva do número de respostas sociais em funcionamento.

Gráfico n.º 20



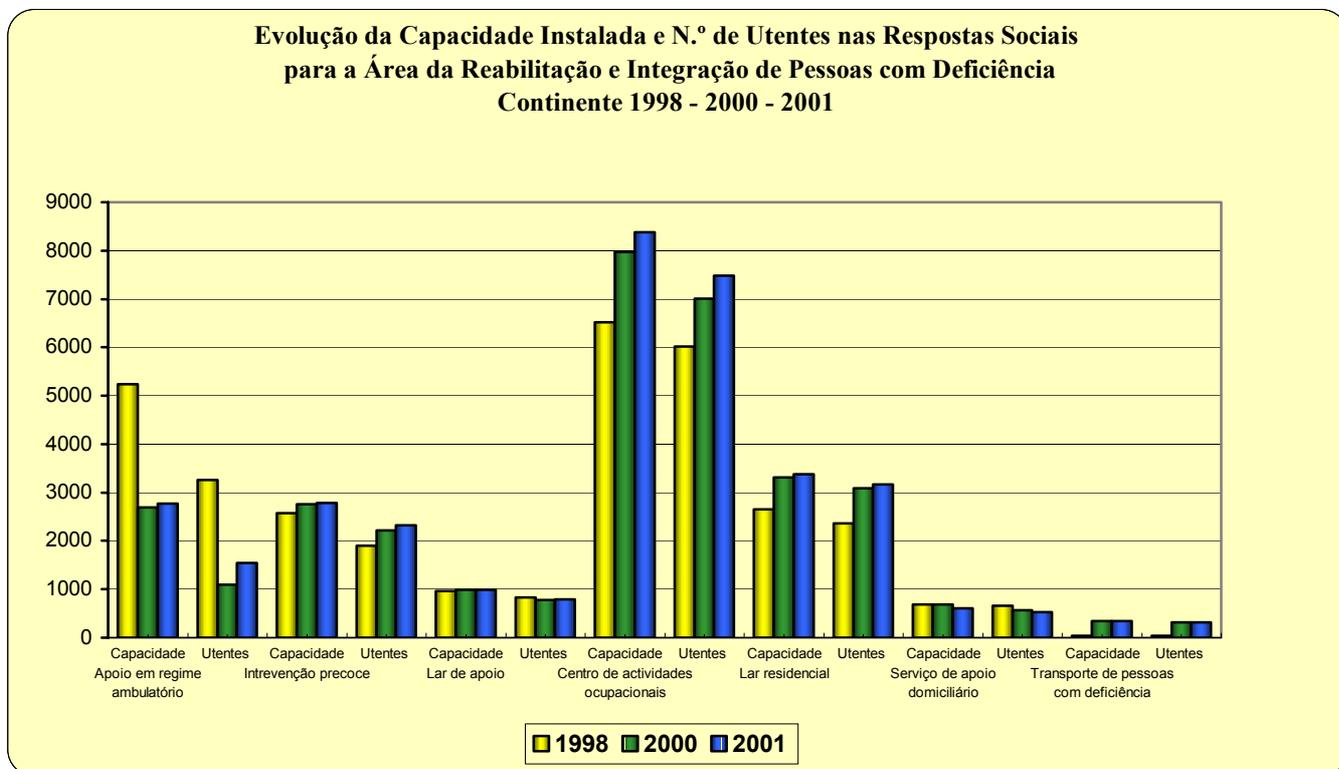
Em termos gerais, em 2001, relativamente ao ano de 1998, foram criadas mais 73 novas respostas para este público alvo, facto que se traduziu numa taxa de crescimento de 15,8%.

O Centro de Actividades Ocupacionais (19,7%) e o Lar Residencial (39%), são inequivocamente as valências com maior taxa de crescimento em relação a 1998.

Também se denota em 2001, por referência a 1998, um ligeiro acréscimo do número de Lares de Apoio e Serviços de Intervenção Precoce, mantendo-se estável, em relação ao ano 2000, o

número de respostas de Apoio em Regime Ambulatório e de Transporte de Pessoas com Deficiência.

Gráfico n.º 21



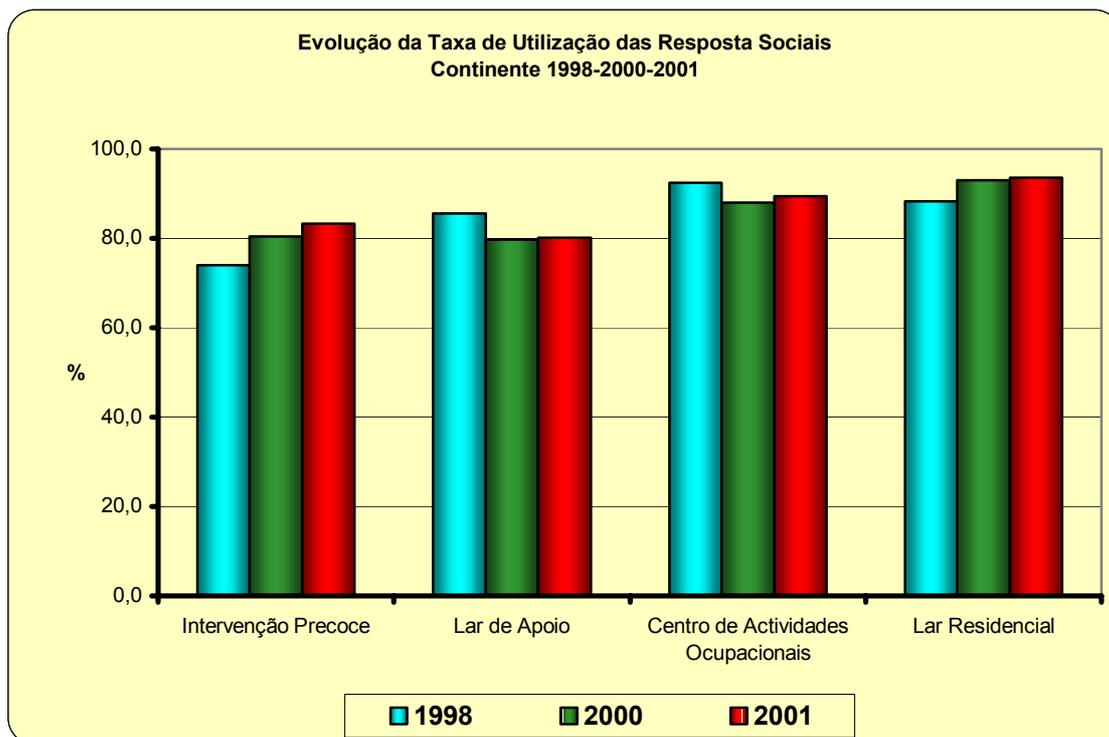
De uma maneira geral, também a capacidade instalada e o número de utentes com deficiência têm vindo a aumentar progressivamente, à excepção do Apoio em Regime Ambulatório para adultos com deficiência que registou um decréscimo significativo em relação a 1998, embora se tenha observado uma recuperação em relação ao ano 2000.

Tal como se verificou aquando da análise da evolução do número de respostas sociais, os Centros de Actividades Ocupacionais e os Lares Residenciais, são as respostas que apresentam uma maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade instalada, quer no tocante ao número de utentes.

3.2.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 - 2001

Em 2001, a taxa de utilização média para o conjunto das 4 principais respostas sociais para pessoas com deficiência é de 87 %, crescendo dois pontos percentuais em relação ao ano de 1998.

Gráfico n.º 22



Embora em 2001, a valência com maior utilização seja claramente o Lar Residencial (94%), resposta que no período de referência nunca apresentou valores abaixo dos 88%, é sobretudo na Intervenção Precoce que se denota um maior crescimento da taxa de utilização, se se comparar com o ano de 1998.

Ao invés do verificado para as valências mencionadas no parágrafo anterior, quer o Lar de Apoio, quer o Centro de Actividades Ocupacionais baixaram ligeiramente em 2000 em relação a 1998, a sua utilização. No entanto, os dados referentes a 2001 já demonstram uma inversão dessa tendência.

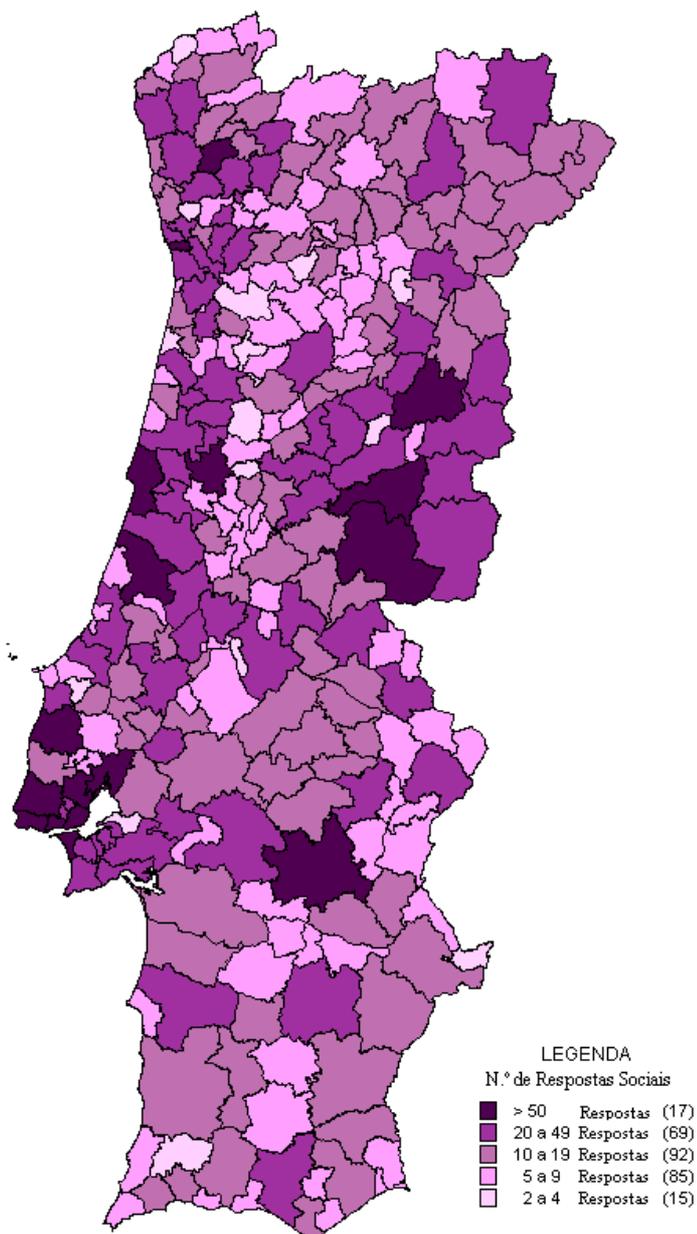
3.3 – População Idosa

3.3.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001

É de salientar que as valências para a população idosa se localizam em todos os concelhos do Continente, apresentando, no entanto, uma maior concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e em alguns concelhos do litoral e do interior, áreas geográficas com estrutura etária envelhecida.

Mapa n.º 7

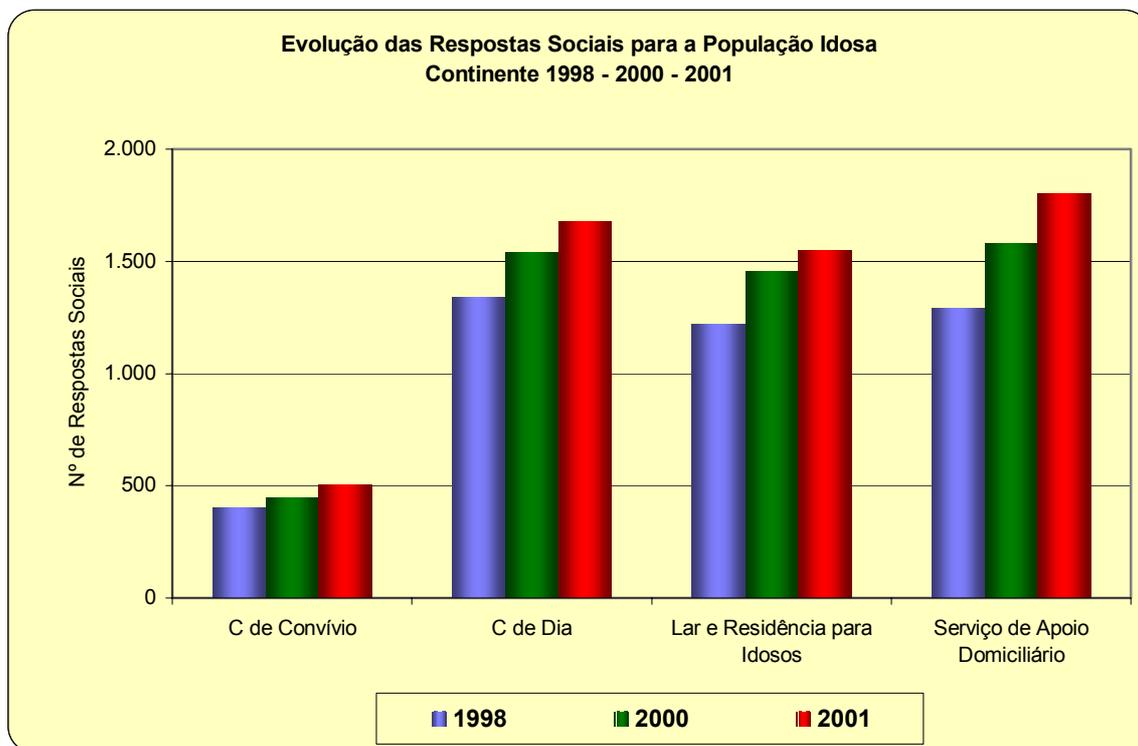
Distribuição Espacial das Respostas Sociais para a Área da População Idosa, por Concelho Ano de 2001



3.3.2 - Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes - 1998- 2000 - 2001

Todas as respostas sociais na área da população idosa revelam um crescimento significativo, no período em análise, ainda que com intensidades diferentes.

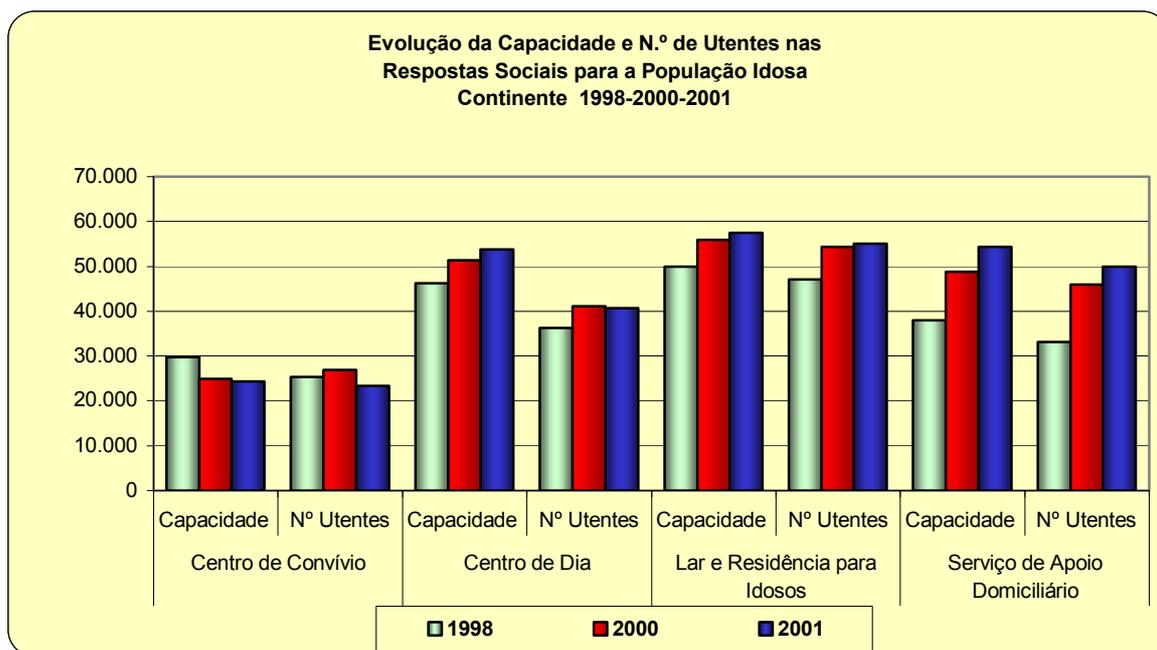
Gráfico n.º 23



Assim, constata-se que em 2001, por referência a 2000, houve um crescimento de 13,0% para os Centros de Convívio, 8,9% para os Centros de Dia, 6,3% para os Lares e Residências e 14,2% para o Serviço de Apoio Domiciliário.

É ainda de referir a existência de Centros de Acolhimento Temporário para Idosos e de Centros de Noite, cuja implantação recente, teve lugar em 2000 e 2001 respectivamente, razão pela qual não se apresenta a sua evolução.

Gráfico n.º 24



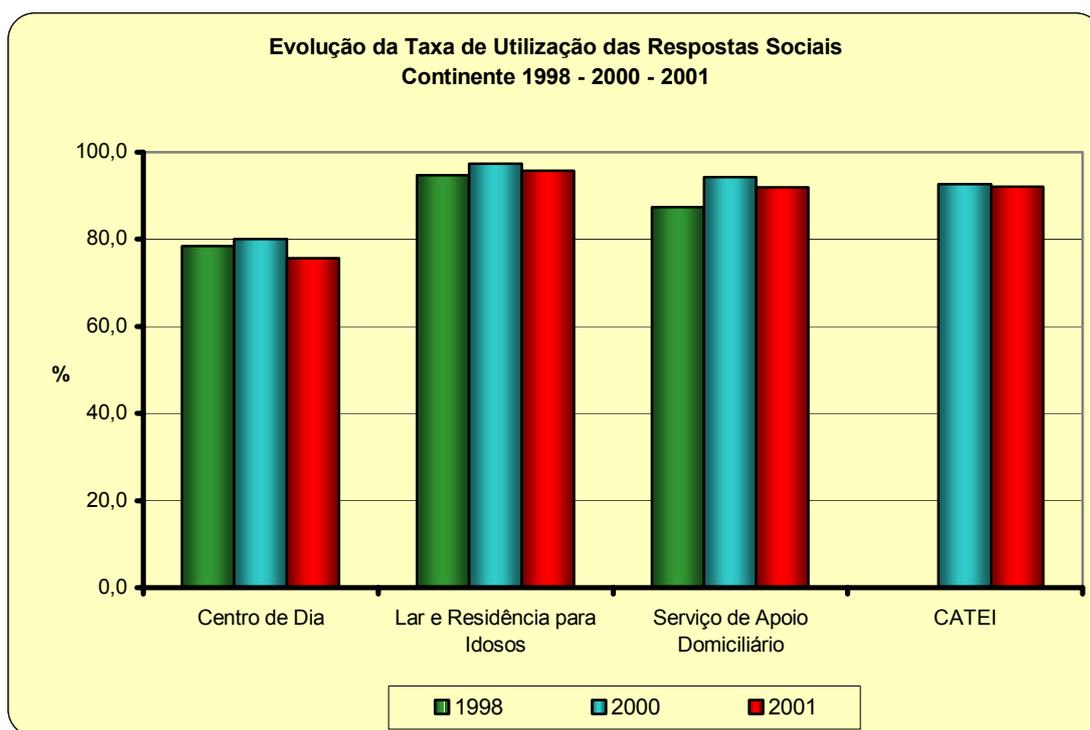
A dinâmica observada no número de respostas traduziu-se ainda num acréscimo significativo da capacidade e do número de utentes, de 1998 a 2001, na generalidade das respostas sociais, exceptuando-se os Centros de Convívio que registaram em 2001 um decréscimo do número de lugares e do número de utentes.

O crescimento mais acentuado registou-se no Serviço de Apoio Domiciliário, resposta que nos últimos anos tem vindo a ser considerada prioritária e alternativa às respostas mais tradicionais, como os Lares. Assim, enquanto a capacidade aumentou em 11,5% , os utentes subiram cerca de 9%.

3.3.3 - Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 - 2001

As respostas sociais destinadas a esta população (Centro de Dia, Lar e Residência, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos - CATEI) apresentaram em 2001, uma taxa de utilização inferior à registada em 2000, sendo a descida mais significativa no Centro de Dia (cerca de 4,0%).

Gráfico n.º 25



Não foram contemplados, para efeitos da taxa de utilização, os Centros de Convívio, dadas as suas características específicas, uma vez que os utilizadores desta resposta poderão também beneficiar de outros serviços desta área de actuação.

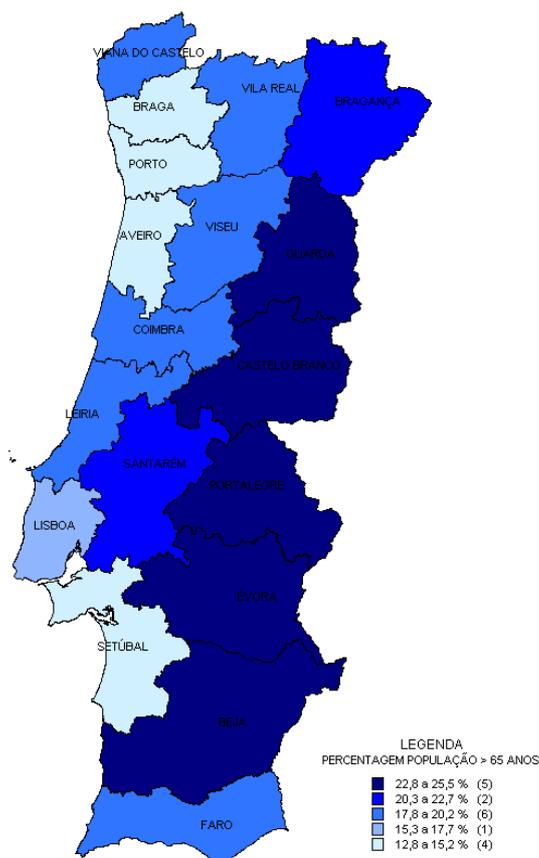
Assim, em 2001, a taxa de utilização média situou-se em 89%, tendo os Lares e Residências o valor mais elevado (95,8%) e os Centros de Dia o nível de utilização mais baixo (75,6%).

3.3.4 – Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a população idosa, relativamente à população idosa residente (≥ 65 anos)

A maior percentagem de população idosa (com mais de 65 anos) situa-se nos distritos do interior, denotando uma estrutura etária mais envelhecida, enquanto que os distritos do litoral apresentam estruturas etárias mais jovens, especialmente Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal com valores inferiores à média do Continente (16,7%).

Mapa n.º8

Relação entre a População Idosa (Mais de 65 Anos) e a População Total, por Distrito
(Situação em 31DEZ2001)

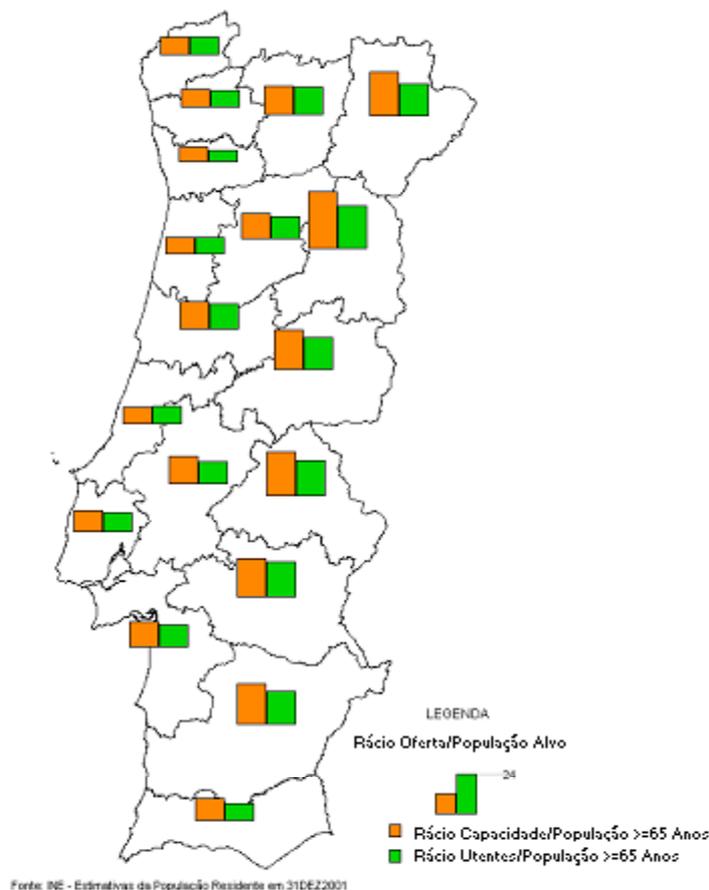


Fonte: IIE - Estimativas da População Residente em 31DEZ2001

Para o cálculo dos rácios das respostas sociais para a população idosa foram consideradas as capacidades e número de utentes de todas as respostas para este tipo de população alvo, com excepção dos centros de convívio, dado não haver uma correcta adequação entre a capacidade destes e o número de utentes que efectivamente os utilizam e que, em grande parte dos casos, são também utilizadores de outras respostas para esta área de intervenção.

Mapa n.º 9

**Rácio Entre a Oferta e a População Alvo (>=65Anos), por Distrito
Ano de 2001**



Ao nível do Continente, o rácio entre a capacidade existente/população com mais de 65 anos é de 10,1%, situando-se o rácio número de utentes/população com mais de 65 anos em 8,9%.

De um modo geral, os rácios mais elevados das respostas sociais para a população idosa verificam-se nos mesmos distritos em que a percentagem de idosos é maior, indiciando uma melhor oferta de serviços e equipamentos em relação aos demais distritos.

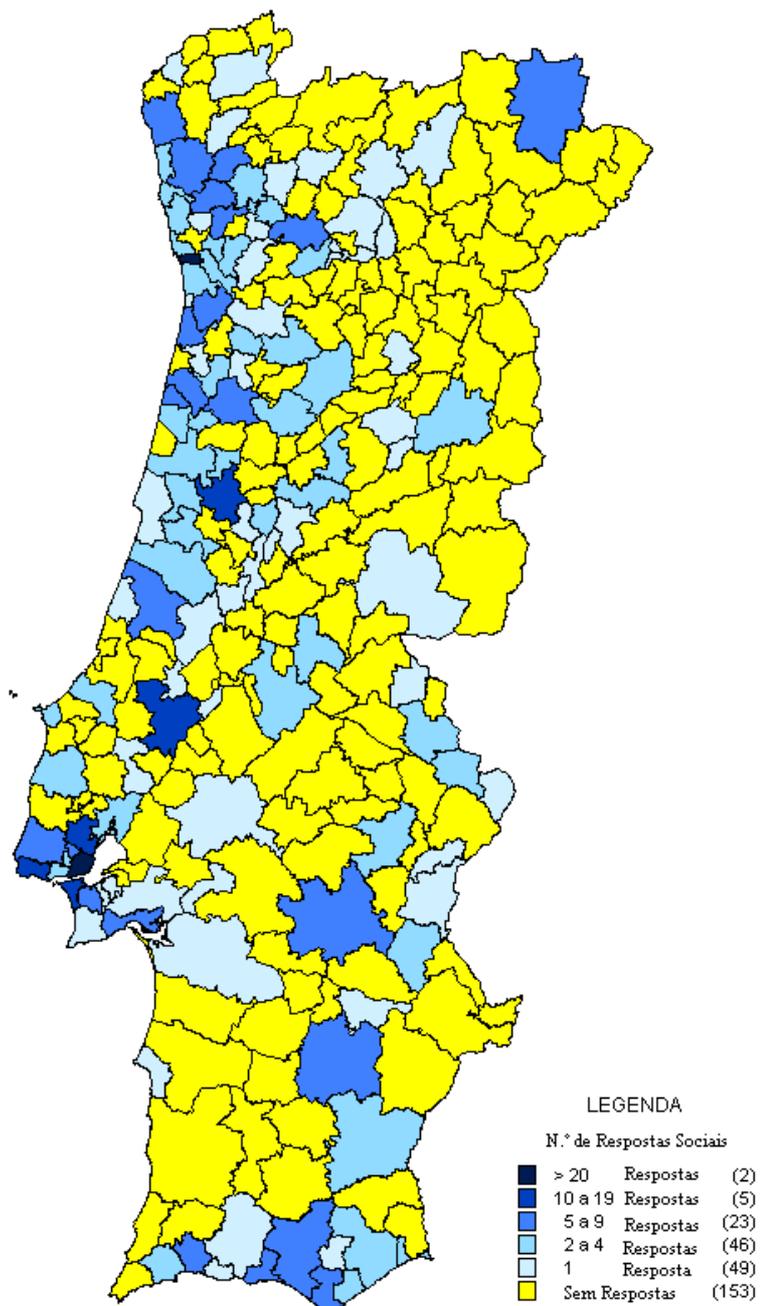
O distrito de Leiria é o único que apresenta um rácio utentes/população alvo maior do que o rácio capacidade/população, de acordo com os dados disponíveis em 2000, denotando uma sobreocupação destas respostas sociais, facto que poderá estar relacionado, em grande parte, com as deficiências no processo de actualização da base de dados por parte daquele Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, como já se referiu anteriormente.

Nos distritos de Vila Real, Viana do Castelo, Coimbra, Aveiro e Lisboa verifica-se uma aproximação entre os valores das duas taxas (diferença inferior a 0,5%), o que denota uma adequação entre a oferta e a procura deste tipo de respostas sociais.

3.4 – Família e Comunidade

3.4.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001

Mapa n.º 10
Distribuição Espacial das Respostas Sociais para a Área de Família e Comunidade, por Concelho
Ano de 2001

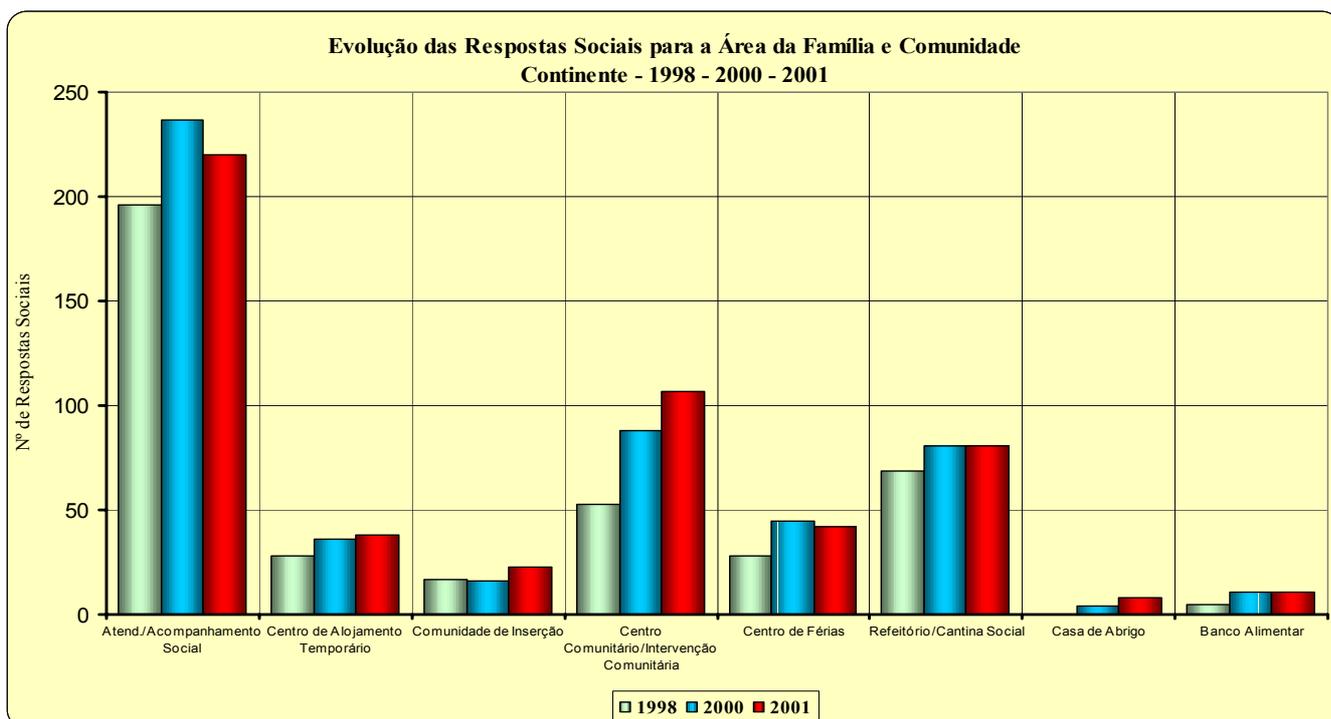


Da análise do mapa anterior, pode observar-se que a maioria dos concelhos do Continente não apresentam qualquer resposta social dirigida à Família e Comunidade.

Dos 126 concelhos onde funcionam respostas para esta área de intervenção, cerca de 39% apresentam apenas uma valência, enquanto que Lisboa, Porto, Cascais, Coimbra, Santarém, Loures e Almada estão entre os que dispõem do maior número de respostas sociais.

3.4.2 – Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes, 1998 – 2000 - 2001

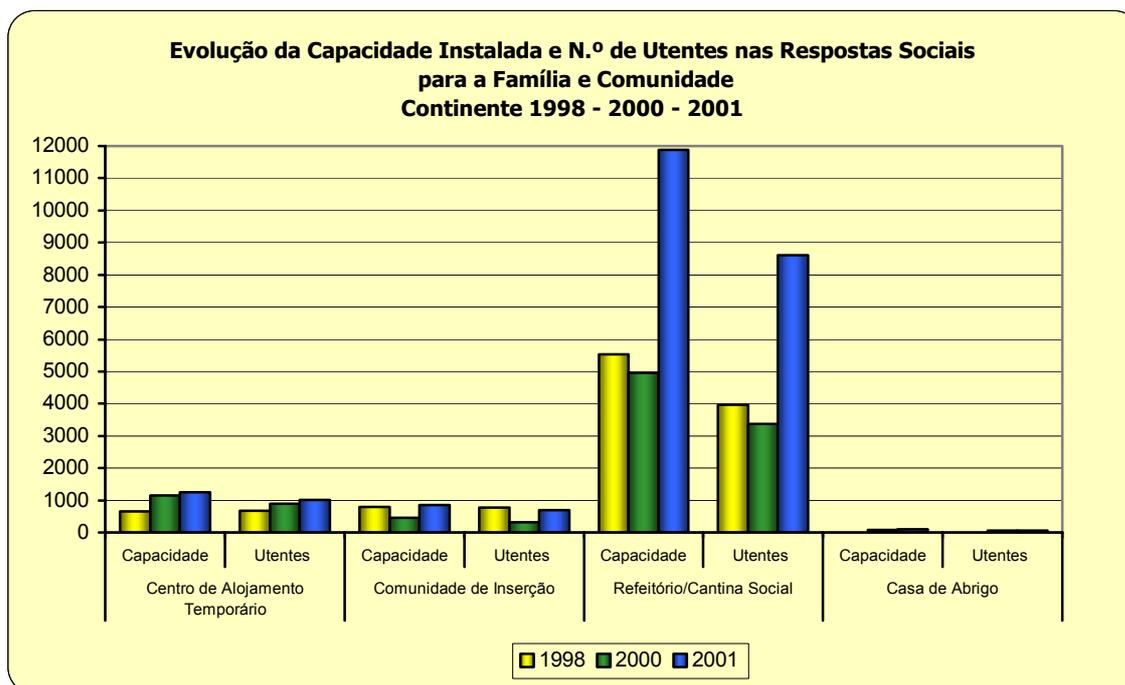
Gráfico n.º 26



O número de respostas sociais para a Família e Comunidade cresceu de forma significativa no período de referência (1998-2001), sendo mesmo esta, a área de intervenção, que registou a maior taxa de crescimento (35,5%).

Através do gráfico anterior observa-se, em geral, uma evolução positiva na maioria das respostas sociais, sendo o Centro Comunitário/Intervenção Comunitária a que inequivocamente mais cresceu desde 1998 (cerca de 100%).

Gráfico n.º 27

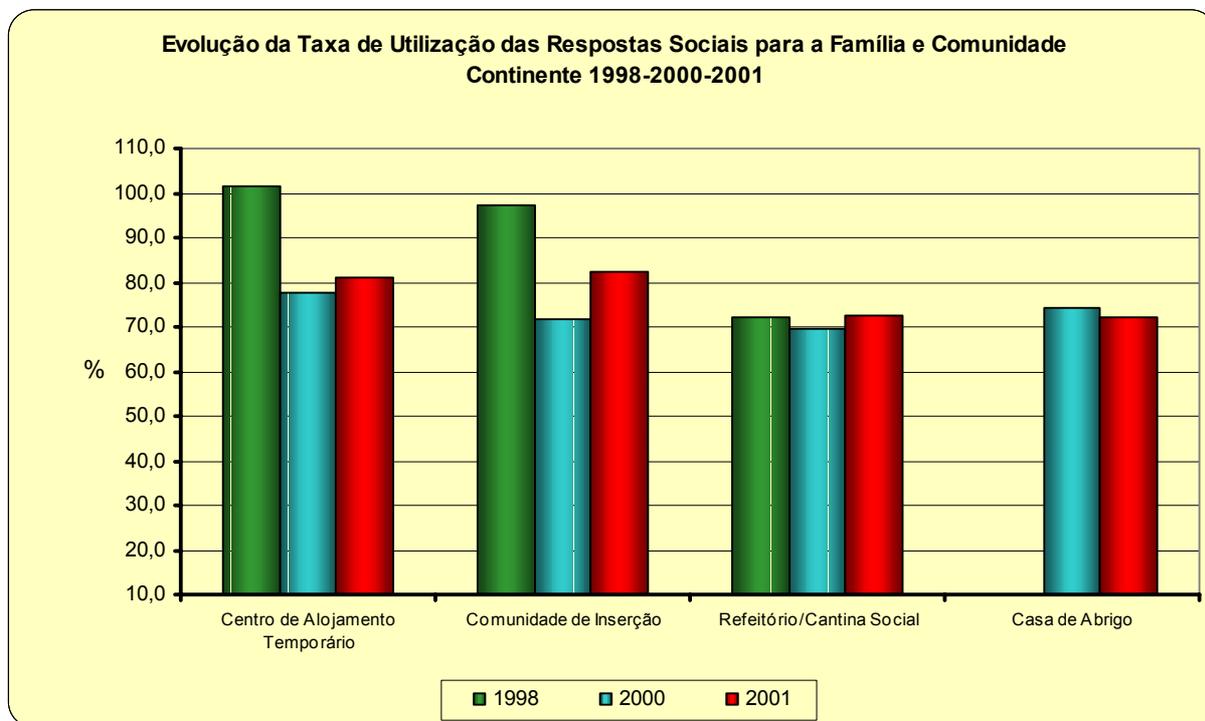


No que diz respeito às capacidades e utentes, a análise restringi-se às quatro respostas sociais identificadas no gráfico n.º 27, uma vez que, devido às características e especificidades das outras respostas não seria possível formular qualquer evolução.

Relativamente às quatro respostas apresentadas, de uma maneira geral, a capacidade instalada e o número de utilizadores aumentaram de 1998 para 2001. As maiores taxas de crescimento verificaram-se nas respostas Refeitório/Cantina Social (onde quer a capacidade, quer o número de utentes, cresceram acima dos 100% em relação a 1998) e no Centro de Alojamento Temporário, cujo crescimento, embora não sendo tão significativo como no caso da resposta anterior, também merece registo.

3.4.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998 - 2000 – 2001

Gráfico n.º 28

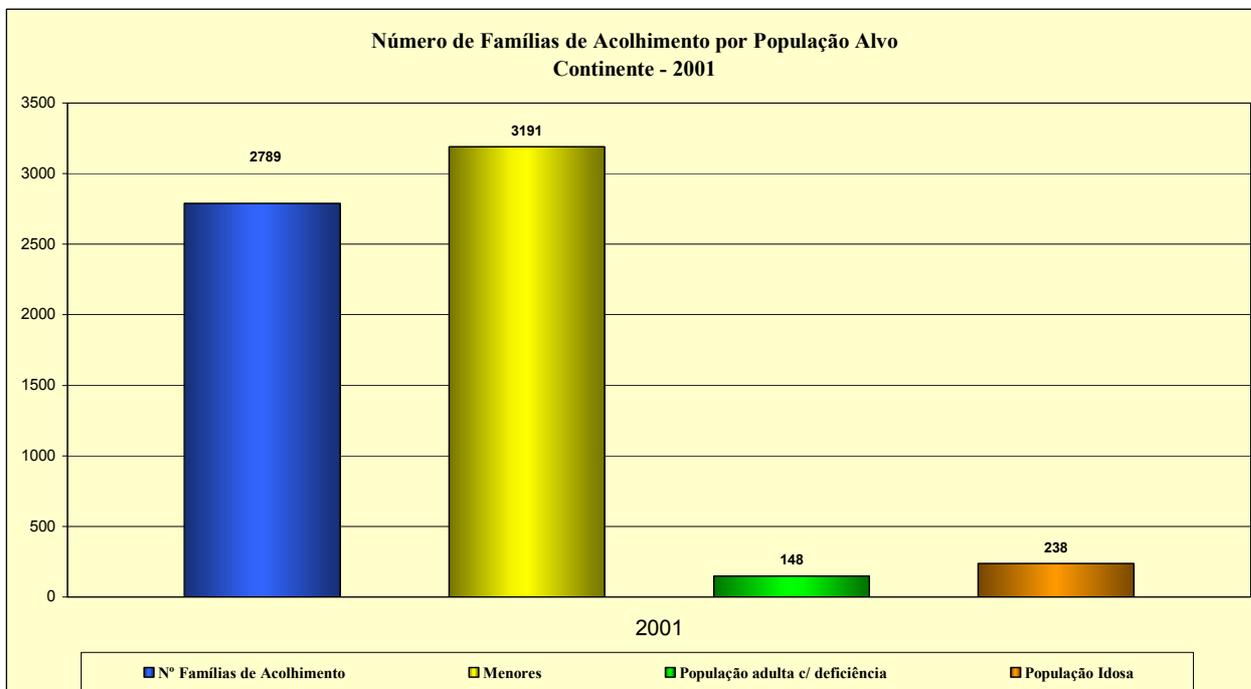


Em 2001, a taxa de utilização média para o conjunto das quatro respostas sociais apresentadas no gráfico n.º 28 é de 77 %, crescendo 4 pontos percentuais em relação ao ano de 2000, alterando-se assim a tendência de abaixamento registada no período anterior.

3.4.4 – A resposta social Família de Acolhimento – situação em 2001

Dado tratar-se de uma resposta de âmbito transversal que abrange a generalidade das áreas de intervenção, optou-se por incluir a sua análise neste capítulo, uma vez que uma mesma Família de Acolhimento pode receber em simultâneo utentes menores (com ou sem deficiência), população adulta com deficiência e população idosa, pelo que o desenvolvimento de uma análise desagregada ao nível de cada área teria como consequência imediata a distorção do número real de famílias existentes.

Gráfico n.º 29



O número real de Famílias de Acolhimento e de utentes inseridos nestas famílias, ultrapassa os valores apresentados no gráfico anterior. Este facto resulta de ainda não terem sido enviados ao DEPP, os dados referentes aos distritos de Braga, Porto e Santarém, uma vez que estas respostas ainda não foram contempladas no âmbito da nova metodologia de actualização, situação que se pretende normalizar no próximo ano.

A esmagadora maioria das famílias (85%) recebe menores, dos quais 5% são portadores de deficiência.

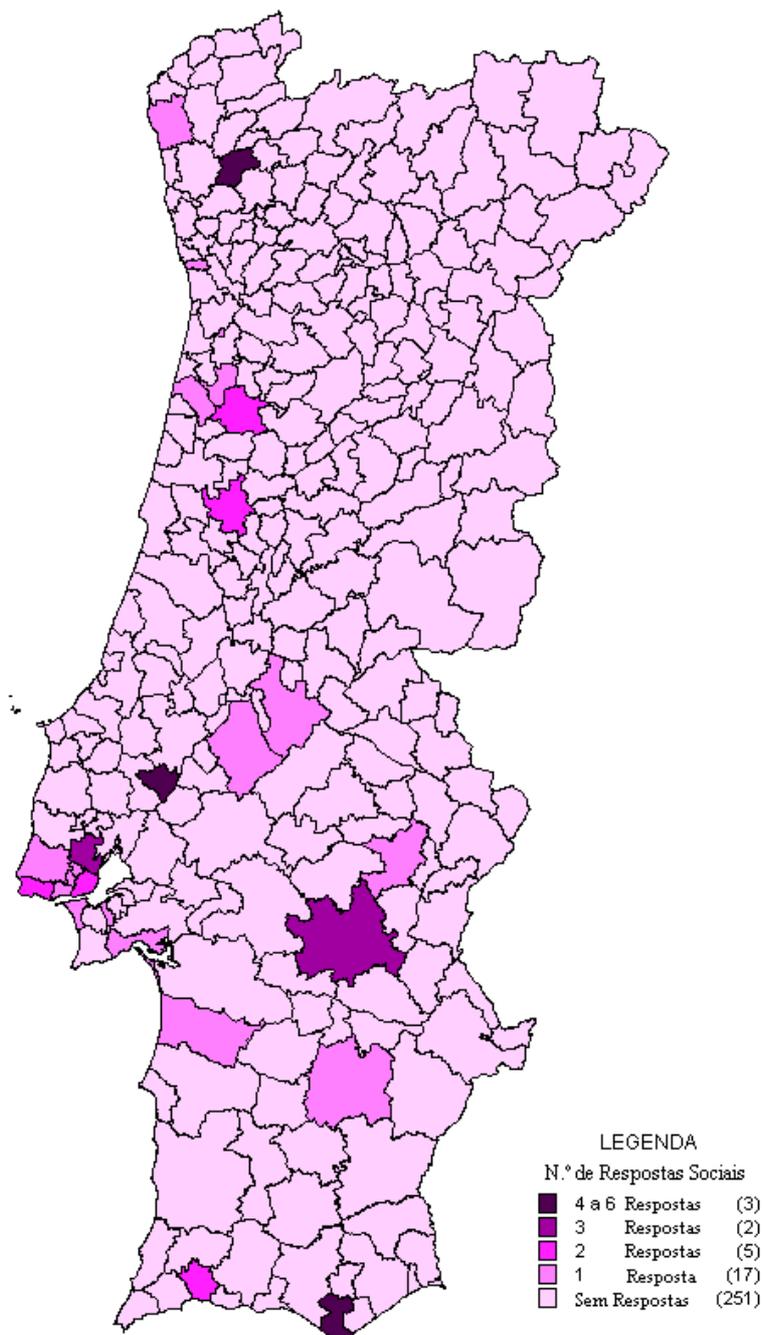
Dos dados apresentados, 386 adultos (com deficiência e idosos) estão também inseridos nesta resposta social, dos quais, cerca de 38%, apresentam algum tipo de deficiência.

3.5 – Toxicodependência

3.5.1 - Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001

Mapa n.º 11

Distribuição Espacial das Respostas Sociais para a Área da Toxicodependência, por Concelho Ano de 2001



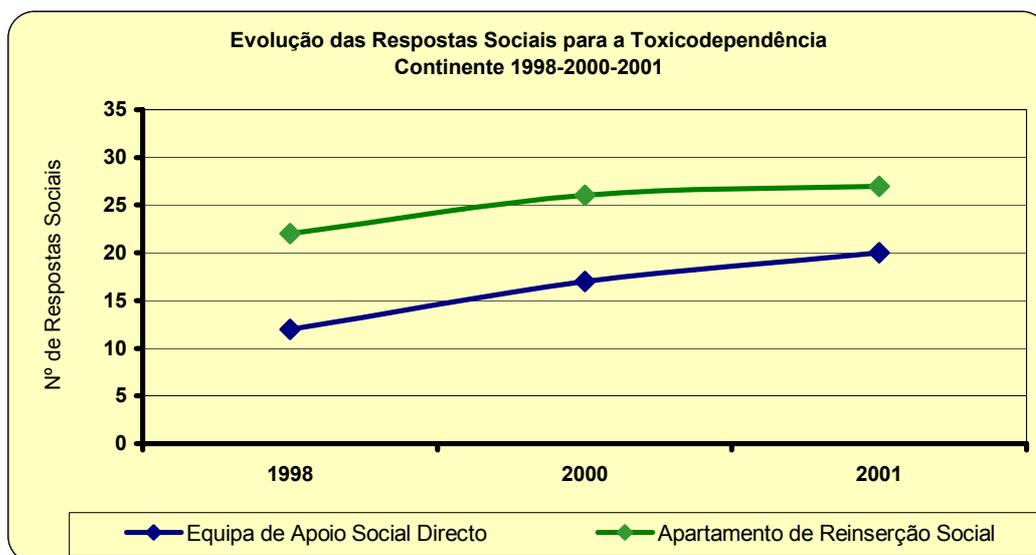
As respostas sociais para este grupo-alvo são de âmbito nacional, pelo que não apresentam um padrão de distribuição uniforme no território continental, constatando-se uma concentração

na área metropolitana de Lisboa e em três concelhos do distrito de Aveiro. As outras respostas apresentam uma localização dispersa.

Por outro lado, verifica-se que os concelhos dos distritos do interior Norte e Centro não apresentam qualquer tipo de resposta dirigida a esta área de intervenção.

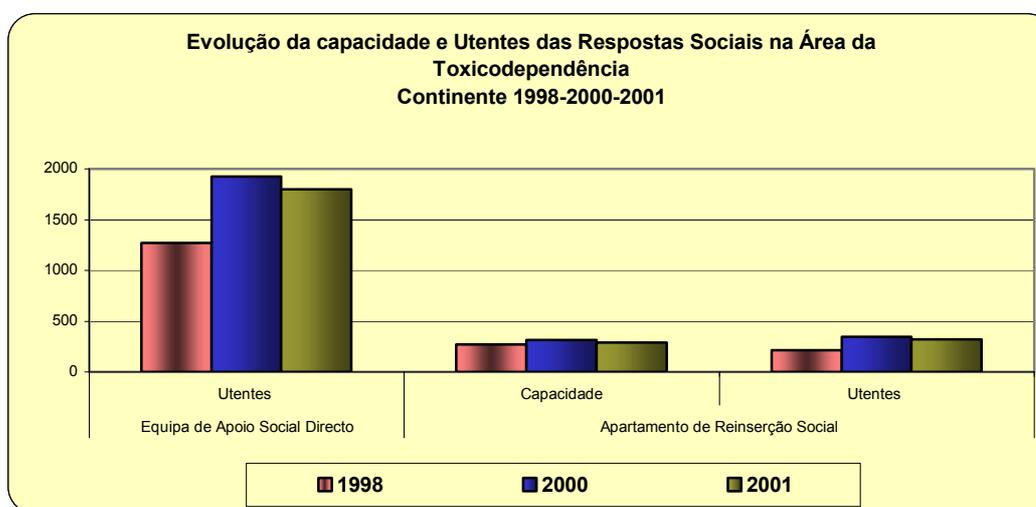
3.5.2 - Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes, 1998-2000-2001

Gráfico n.º 30



Em 2001, as respostas sociais desta área, Equipas de Apoio Social Directo e Apartamentos de Reinserção Social, apresentam um crescimento, respectivamente de 18% e 4%, relativamente ao ano anterior.

Gráfico n.º 31



As equipas de Apoio Social Directo, também denominadas Equipas de Rua, com uma intervenção directa junto das populações-alvo, não apresentam, devido às suas características, a definição de uma capacidade de atendimento, pois esta depende, essencialmente da procura, das particularidades e do tempo utilizado com cada caso, não sendo possível representá-la graficamente.

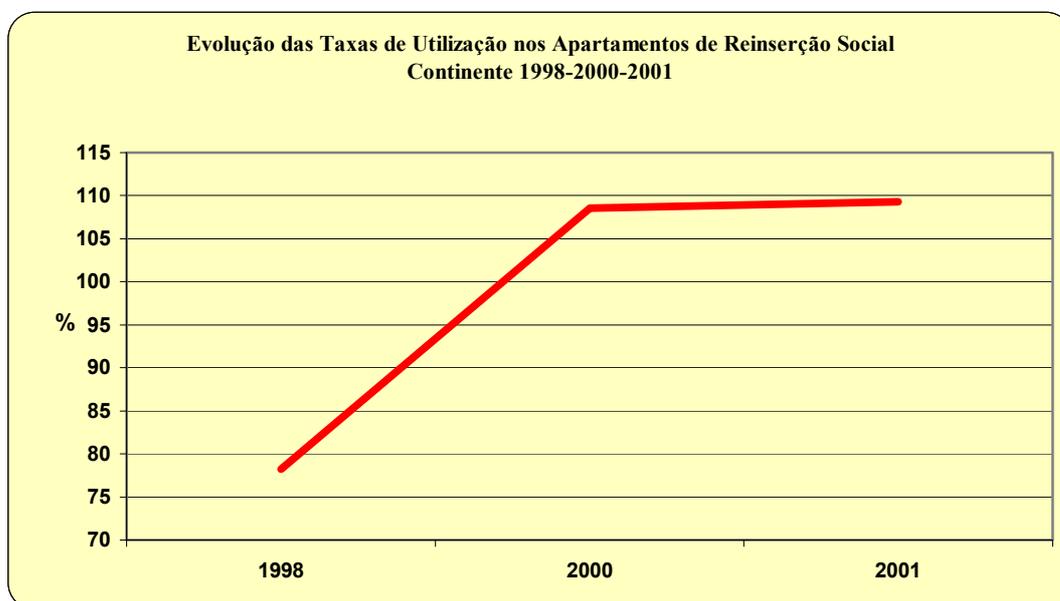
Da análise dos dados observa-se uma diminuição do número de utentes de 2000 para 2001, em cerca de 7%, invertendo a tendência de crescimento registada anteriormente.

Apesar do aparecimento de mais um Apartamento de Reinserção, os valores encontrados na sua capacidade e no número de utentes também decresceram de 2000 para 2001, em cerca de 8% e 7% respectivamente, depois de um aumento de 1998 para 2000.

3.5.3 Taxa de Utilização das respostas sociais – evolução 1998 – 2000 – 2001

Atendendo às características da resposta – Equipa de Apoio Social Directo, analisou-se apenas a taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social.

Gráfico n.º 32



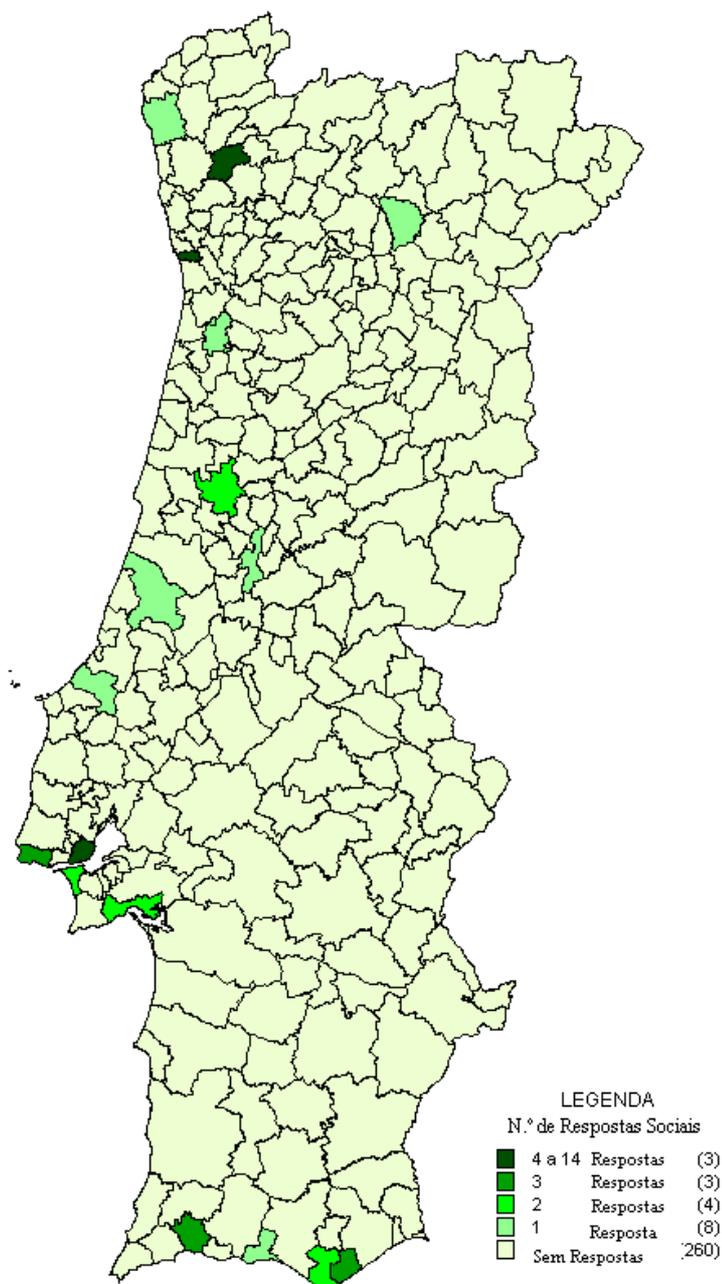
A taxa de utilização nos Apartamentos de Reinserção Social, é superior a 100%, o que demonstra a grande procura desta resposta.

Depois de um crescimento acentuado de 1998 para 2000, altura em que se atingiu a sobrelotação, os valores registados de então para cá, reforçam essa tendência, embora com um crescimento que parece estabilizar.

3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias

3.6.1 - Distribuição espacial das respostas sociais por concelho - situação em 2001

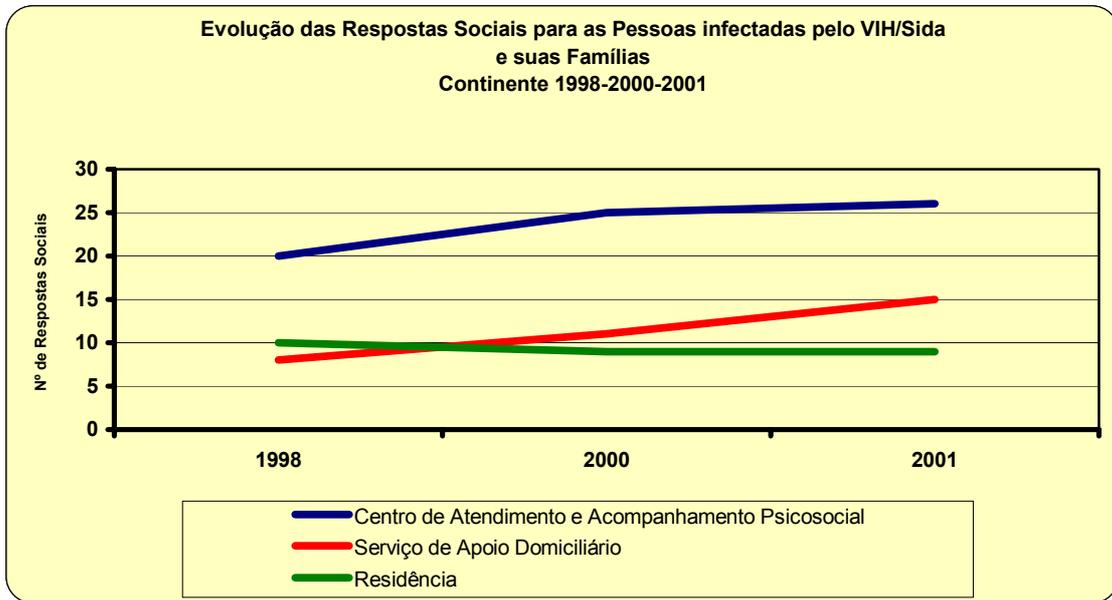
Mapa n.º 12
Distribuição Espacial das Respostas Sociais para a Área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e Suas Famílias
Ano de 2001



A distribuição espacial das respostas sociais para este tipo de população alvo apresenta uma localização dispersa, situando-se apenas em alguns concelhos dos distritos do litoral.

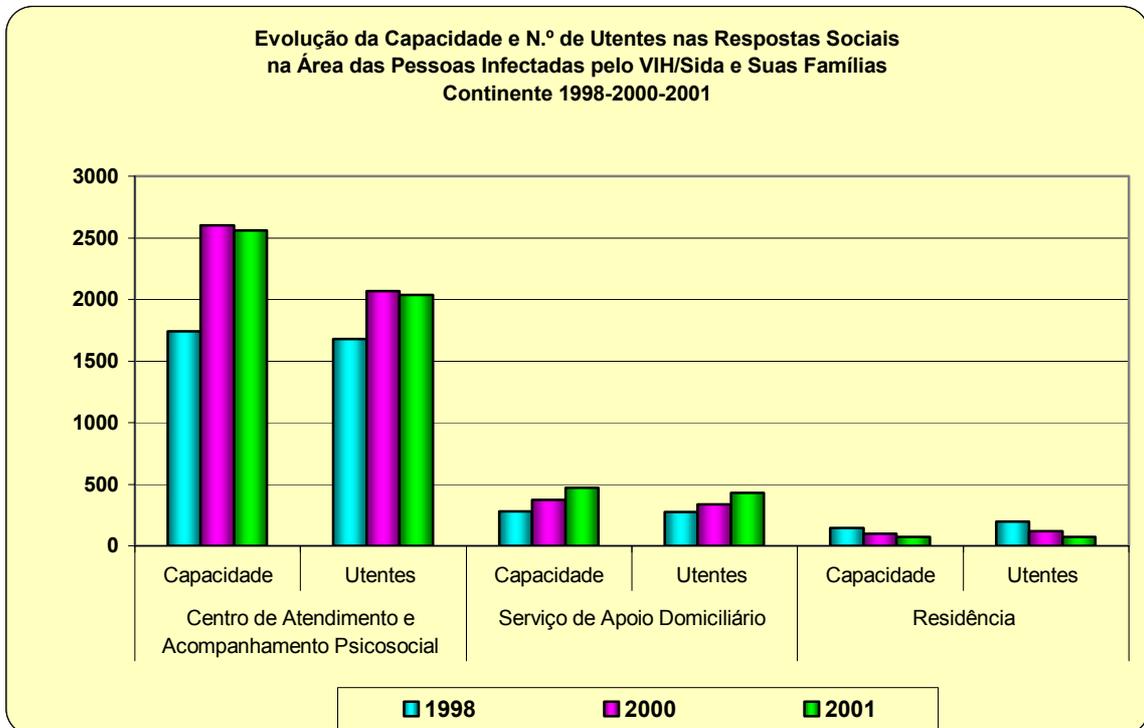
3.6.2 – Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes - 1998-2000-2001

Gráfico n.º 33



Em 2001, por referência a 2000, os dados apresentados revelam um crescimento de 4% da resposta Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicosocial e de 36% do Serviço de Apoio Domiciliário, enquanto a Residência manteve-se constante.

Gráfico n.º 34



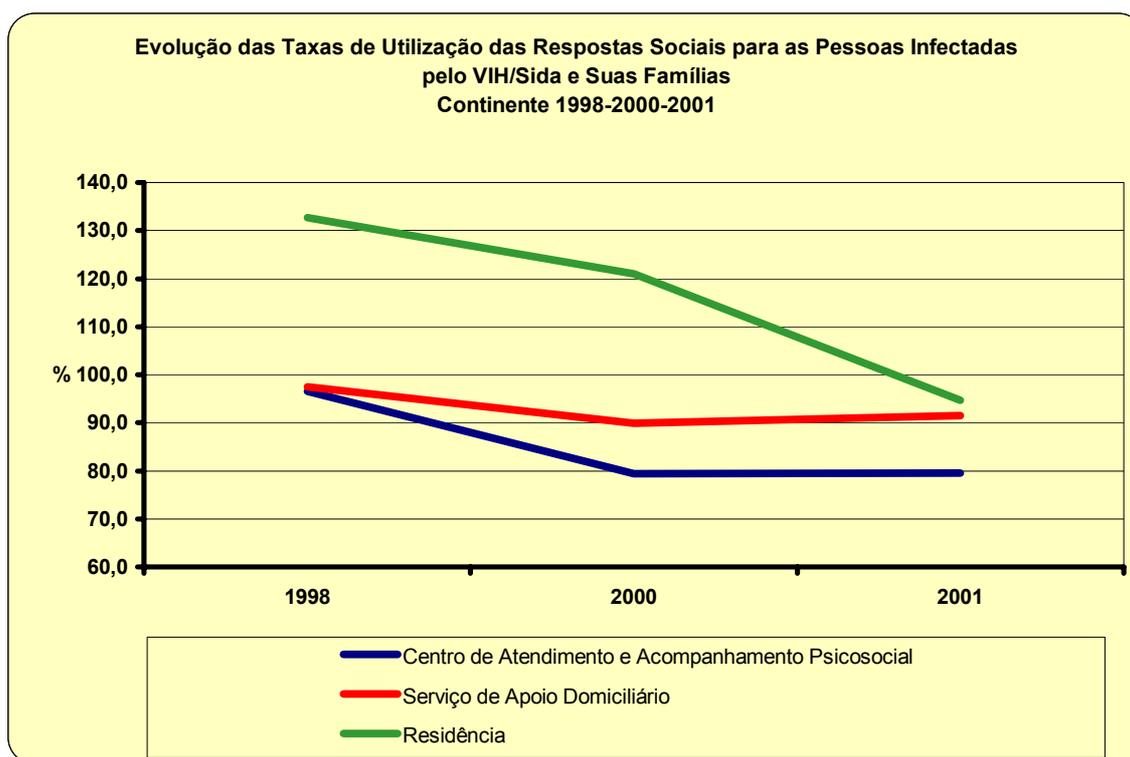
No que respeita à capacidade e ao número de utentes, o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicosocial reflecte uma ligeira descida em 2001, face aos valores registados no ano anterior, contrariando a tendência de crescimento registada de 1998 para 2000.

A Residência apresenta também uma descida em 2001 relativamente a 2000, mas esta mais acentuada, pois os seus valores diminuíram em 25% na capacidade e 41% no número de utentes.

No entanto, o Serviço de Apoio Domiciliário tem registado um crescimento contínuo de 1998 para 2001, traduzindo-se em 25% e 41%, respectivamente na capacidade e no número de utentes.

3.6.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – evolução 1998-2000-2001

Gráfico n.º 35



As taxas de utilização das respostas sociais para esta população têm vindo a diminuir nos últimos anos como se pode verificar pela leitura do gráfico.

A descida é mais acentuada na Residência, facto a que, talvez, não deva ser alheio o aumento da capacidade e número de utentes, no mesmo período, no Serviço de Apoio Domiciliário.

3.7 – Outras áreas de intervenção

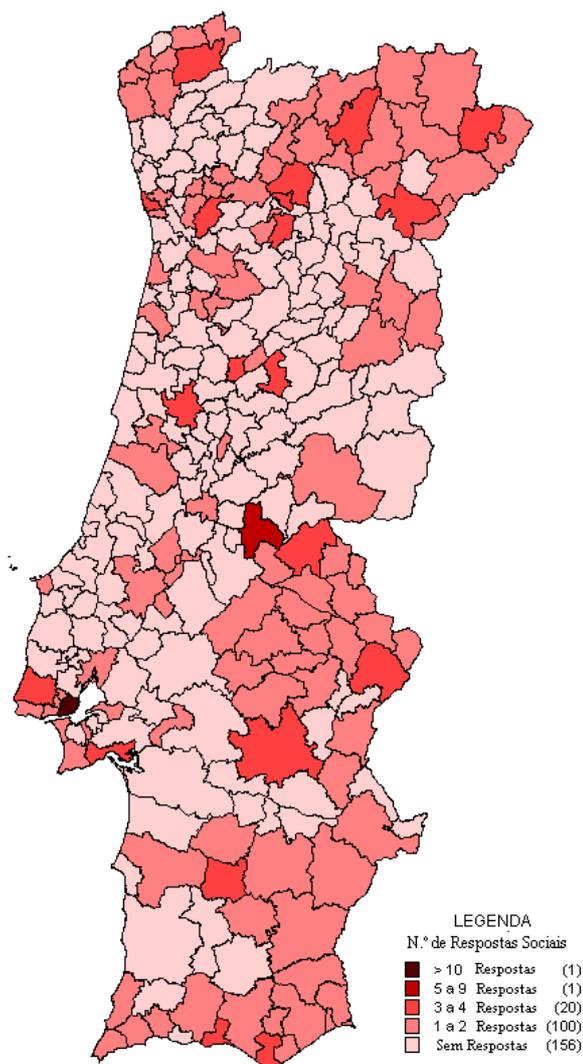
No âmbito das outras áreas de intervenção enquadram-se as respostas sociais dirigidas às pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico e a prestação de cuidados em situações de dependência, visando criar condições para uma intervenção articulada da saúde e da acção social, envolvendo a participação e colaboração de diversos actores sociais.

Estas respostas foram criadas em 1998 por despacho conjunto dos Ministros da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade (Despacho n.º 407/98, de 15 de Maio), no entanto, só em 2000, na inquirição então realizada junto das instituições, se procedeu ao seu levantamento.

3.7.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2001

Mapa n.º 13

Distribuição Espacial das Respostas Sociais para as Outras Áreas de Intervenção
(Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência)
Ano de 2001

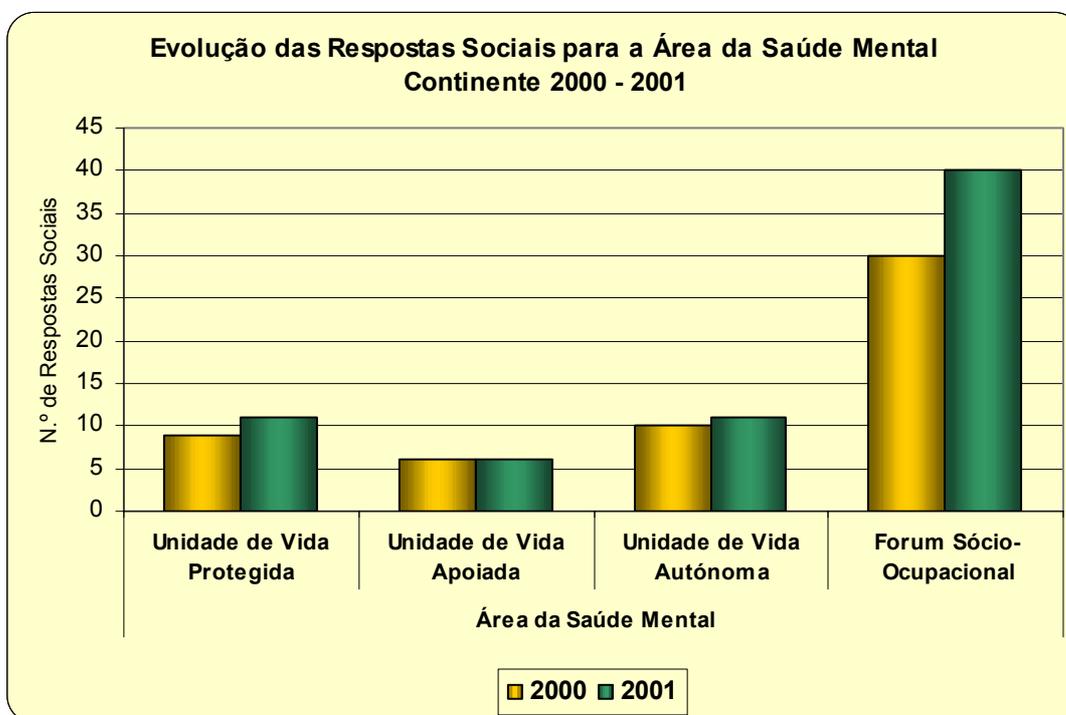


A distribuição espacial das respostas sociais para as áreas da saúde mental e para as pessoas em situação de dependência mostra uma melhor cobertura territorial nos concelhos do interior do país, nos distritos de Viana do Castelo e Faro, bem como nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

É importante destacar que, no seio destas respostas sociais, o Apoio Domiciliário Integrado cobre 40% do total de concelhos do Continente.

3.7.2 – Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes na área da Saúde Mental - 2000 – 2001

Gráfico n.º 36



No ano de 2001 apenas as unidades de Vida Apoiada não registaram qualquer alteração, tendo o maior crescimento (33,3%) ocorrido nos Fóruns Sócio-Ocupacionais, sendo a resposta mais disseminada pelo território com unidades instaladas em 9 distritos, enquanto as Unidades de Vida Protegida cresceram 22,2% e as Unidades de Vida Autónoma 10%, cuja existência, verifica-se apenas nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal.

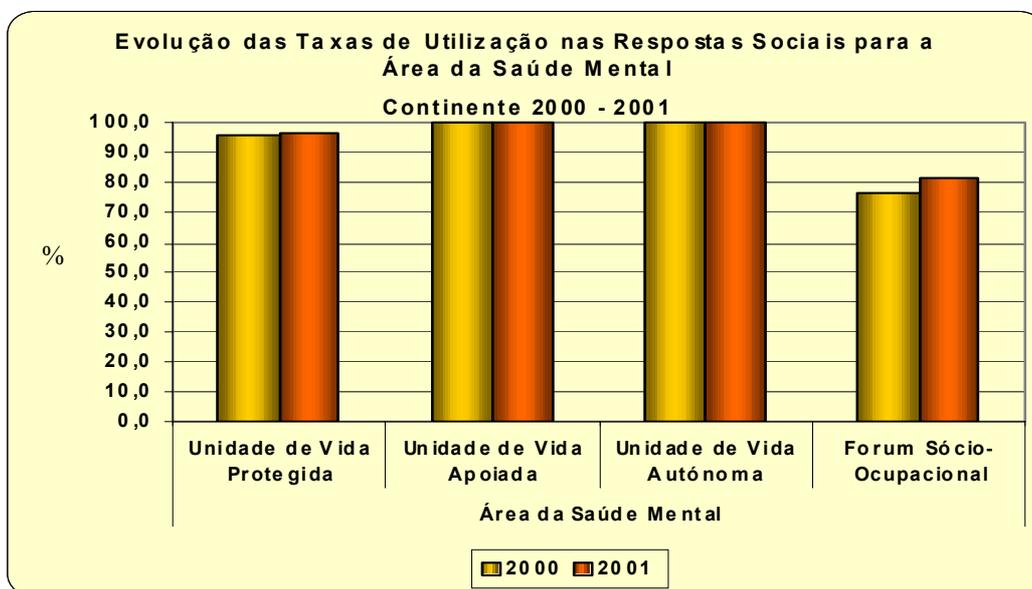
Gráfico n.º 37



Tal como se verificou em relação à evolução de respostas sociais nesta área de intervenção, também não se registou qualquer evolução da capacidade e do número de utentes nas Unidades de Vida Apoiada, tendo sido nas Unidades de Vida Protegida que ocorreram as maiores alterações, quer da capacidade, quer do número de utentes, aumentando cerca de 26%, seguindo-se as Unidades de Vida Autónoma com crescimentos de 8,1%, enquanto que nos Fóruns Sócio-Ocupacionais se registou um aumento da capacidade em 4,6% e do número de utentes de 11,7%.

3.7.2.1 – Taxas de utilização das respostas sociais na área da Saúde Mental - evolução - 2000 – 2001

Gráfico n.º 38

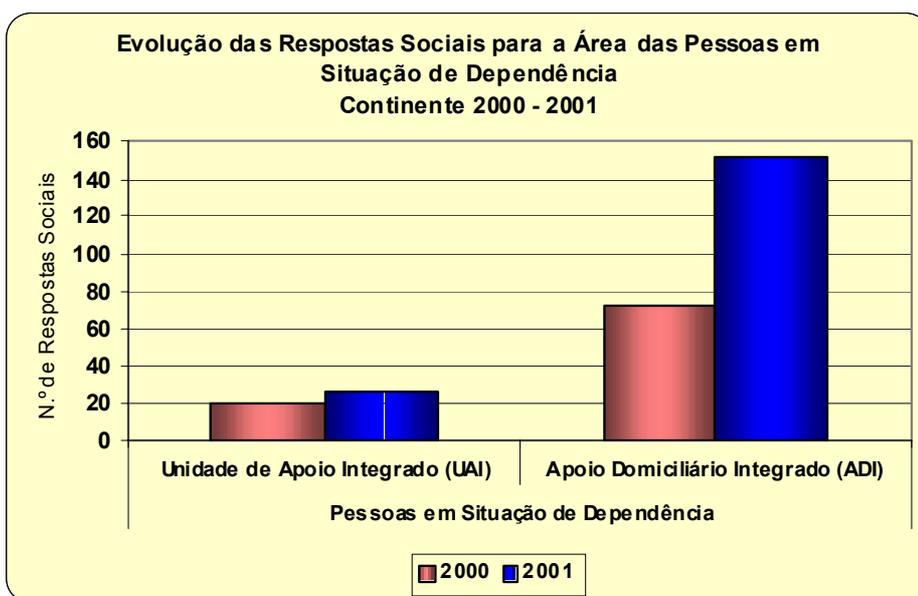


Quanto às taxas de utilização, verifica-se quer nas Unidades de Vida Apoiada, dimensionadas para 20 utentes, quer nas Unidades de Vida Autónoma, dimensionadas para 5 a 7 utentes, uma taxa de ocupação de 100% nos dois anos em análise, enquanto que nas Unidades de Vida Protegida a taxa passou de 96% para 97% e nos Fóruns Sócio-Ocupacionais evoluiu de 76,3% para 81,4%.

3.7.3 – Evolução dos vários tipos de respostas sociais, capacidades e utentes na área das Pessoas em Situação de Dependência - 2000 – 2001

As respostas sociais para as pessoas em situação de dependência constituem dispositivos integrados, de natureza preventiva e de reabilitação, compreendendo as Unidades de Apoio Integrado e o Apoio Domiciliário Integrado.

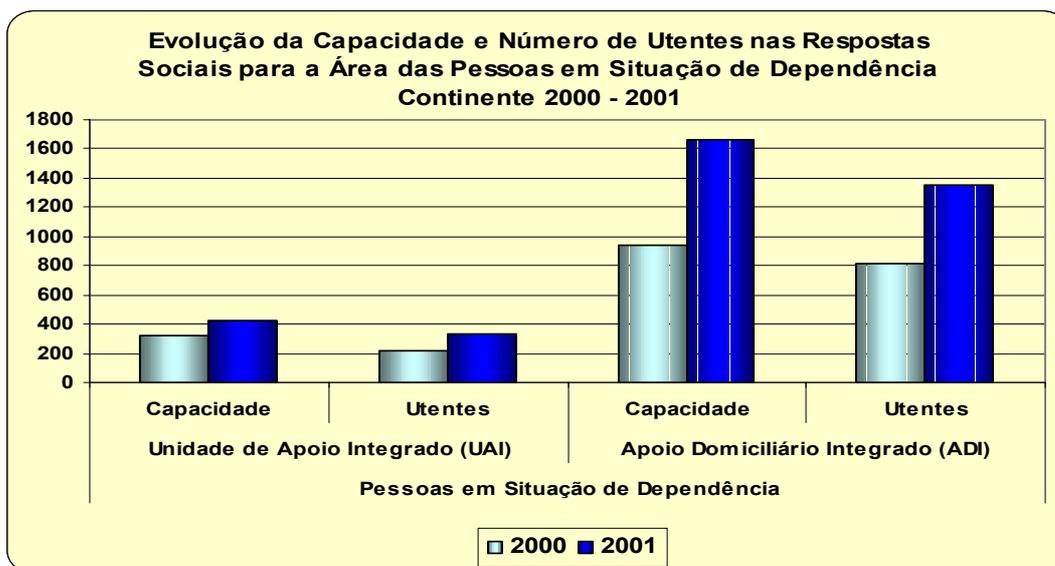
Gráfico n.º 39



Em 2001, verificou-se um aumento superior a 100% na criação de mais serviços no âmbito do Apoio Domiciliário Integrado, considerada, aquando da sua criação, resposta charneira e prioritária, devido ao seu conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis e abrangentes de apoio social e de saúde às pessoas em situação de dependência, transitória ou permanente.

O crescimento verificado nas Unidades de Apoio Integrado, com características diferentes da anterior, prestando apoio a pessoas que não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar, foi menor, registando-se, no entanto, um aumento de 30% no ano de 2001.

Gráfico n.º 40

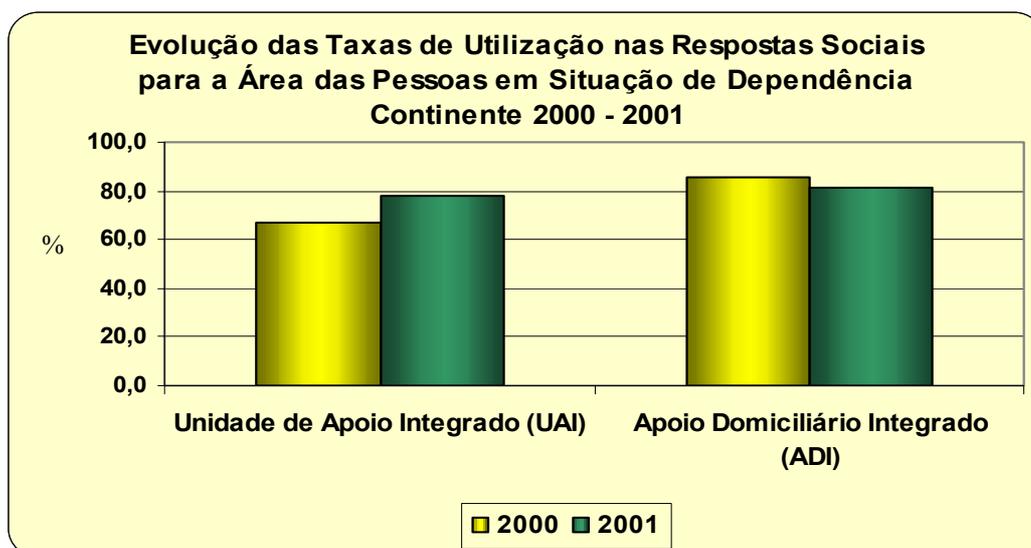


No que se refere à capacidade e ao número de utentes, o maior crescimento verificou-se na capacidade do Apoio Domiciliário Integrado (76,5%), fruto do grande crescimento resultante da instalação de novas respostas, enquanto o número de utentes registou um crescimento de 70%.

Quanto às Unidades de Apoio Integrado assistiu-se a um aumento da capacidade em 34,5% e do número de utentes em 56,5%.

3.7.3.1 –Taxa de utilização das respostas sociais na área das Pessoas em Situação Dependência - 2000 – 2001

Gráfico n.º 41



As taxas de utilização destas respostas sociais evoluíram de forma inversa. Registou-se um aumento da utilização das Unidades de Apoio Integrado (dimensionadas para uma capacidade máxima de 30 utentes), passando de 67,1% em 2000 para 78,1% em 2001, enquanto que o Apoio Domiciliário Integrado apresentou uma diminuição, passando de 86% para 81,3%, o que se terá ficado a dever a um maior aumento da oferta nesta última resposta.

4 – Financiamento público

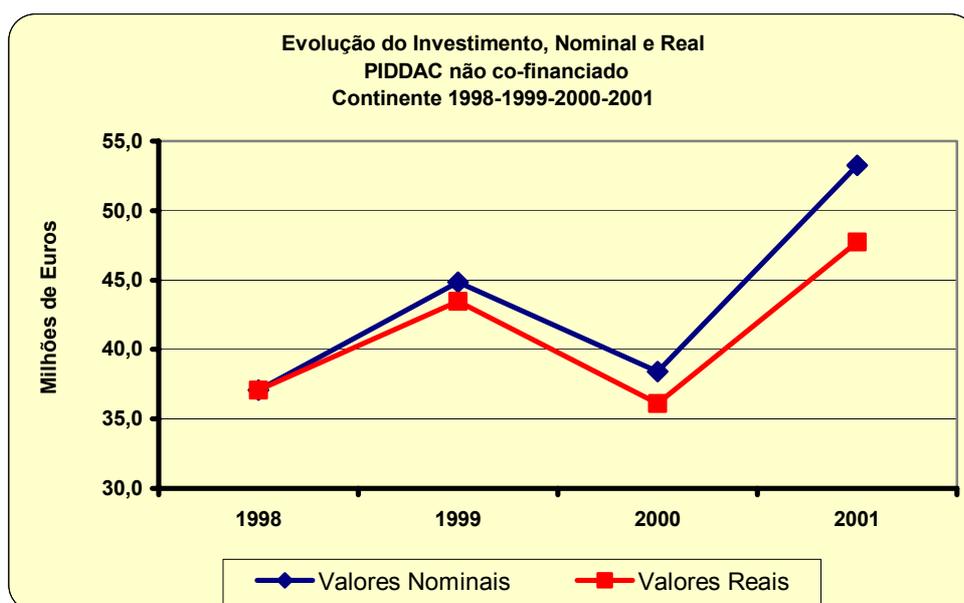
O financiamento da rede de serviços e equipamentos sociais consubstancia-se em duas componentes: o investimento em equipamentos e as despesas de funcionamento das diferentes respostas sociais.

4.1 – Investimento público

4.1.1 – Evolução do investimento – 1998 – 1999 - 2000 – 2001

Ao longo dos anos, os Ministérios que têm tido a responsabilidade da “Segurança Social” têm aumentado o investimento na rede de serviços e equipamentos sociais, não só através do financiamento do PIDDAC, mas também de outros programas dirigidos a determinadas populações-alvo, nomeadamente o Programa de Idosos em Lar (PILAR) e Creche 2000.

Gráfico n.º 42



Fonte: DEPP – PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Nota: Para efeito do cálculo dos valores reais foram considerados como deflacionadores os índices do IPIPIB

De 1998 a 2001, os valores inscritos e executados em PIDDAC não co-financiado registaram um crescimento significativo, não obstante a redução observada em 2000, tanto em valores reais como nominais.

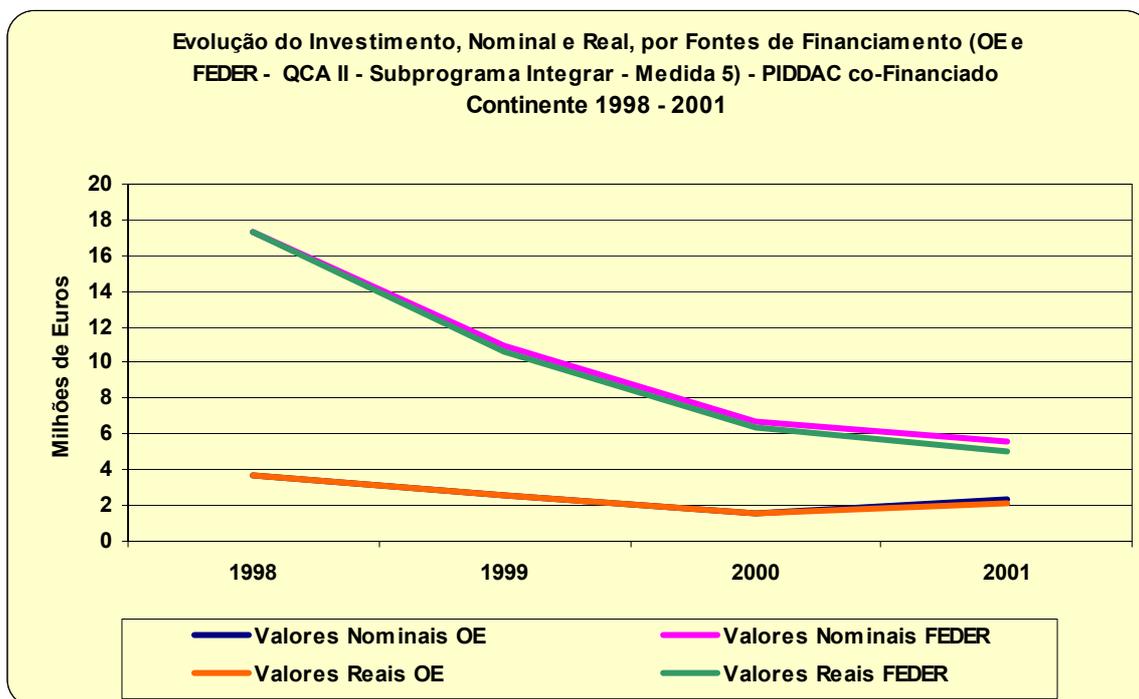
Este esforço de investimento traduziu-se, em termos reais, num crescimento de 28,8% entre 1998 e 2001.

Para além do PIDDAC não co-financiado, durante o período em análise (1998 a 2001), o investimento público na construção da rede de serviços equipamentos sociais foi também associado o QCA II, Subprograma Integrar - Medida 5 (através da componente comunitária FEDER e com a contrapartida nacional do capítulo 50º do OE).

Este Subprograma foi assumido como um investimento subsidiário da política nacional de alargamento e consolidação da rede e não como um investimento substitutivo.

O período de vigência deste Subprograma decorreu de 1994 a 2001, pelo que foi no início do ciclo que apareceu o maior número de candidaturas e o maior investimento.

Gráfico n.º 43



Fonte: DEPP - PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Nota: Para efeito do cálculo dos valores reais foram considerados como deflacionadores os índices do IPIPIB

Da análise do gráfico, verifica-se um decréscimo acentuado do investimento, o que representa a progressiva conclusão dos projectos financiados e o fim do QCA II.

Em termos de investimento total (PIDDAC), o quadro n.º 1 apresenta uma síntese evolutiva do esforço financeiro da despesa pública na rede de serviços e equipamentos sociais.

Quadro n.º 1

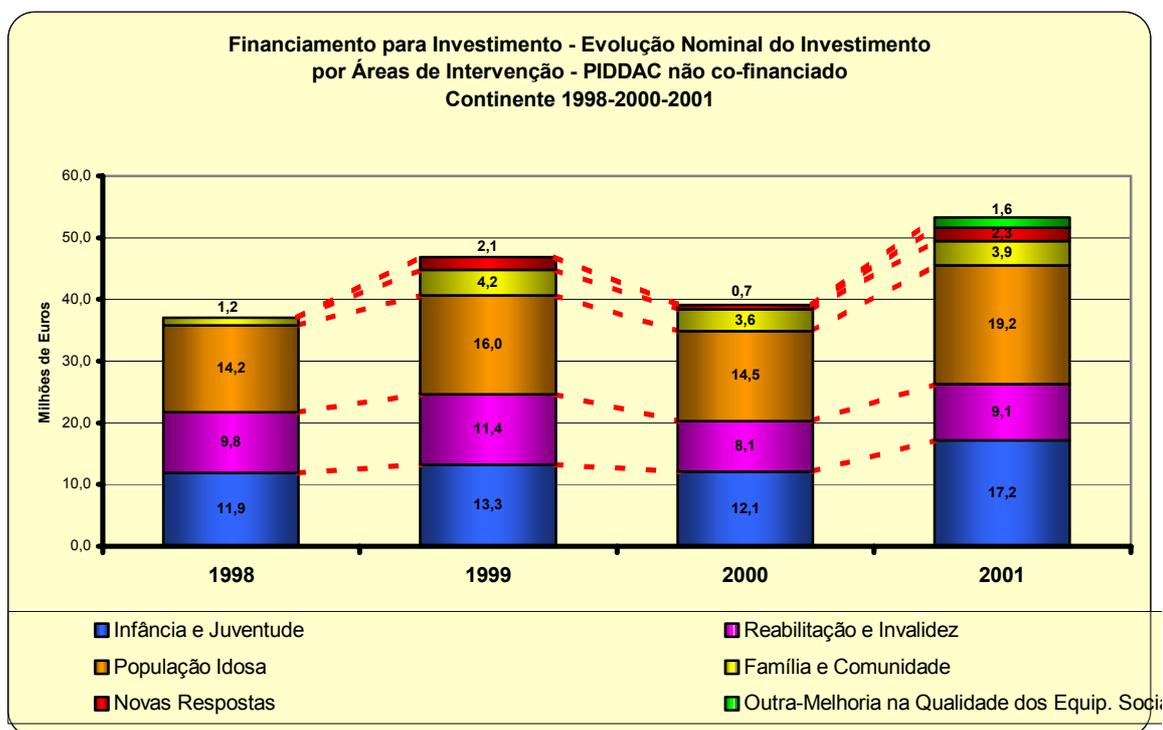
Financiamento Público Para Investimento

Milhões de Euros							
VALORES NOMINAIS				VALORES REAIS			
1998	1999	2000	2001	1998	1999	2000	2001
40,8	47,4	40,0	55,6	40,8	46,0	37,6	49,9

4.1.2 – Evolução do investimento por áreas de intervenção – 1998 – 1999– 2000 – 2001

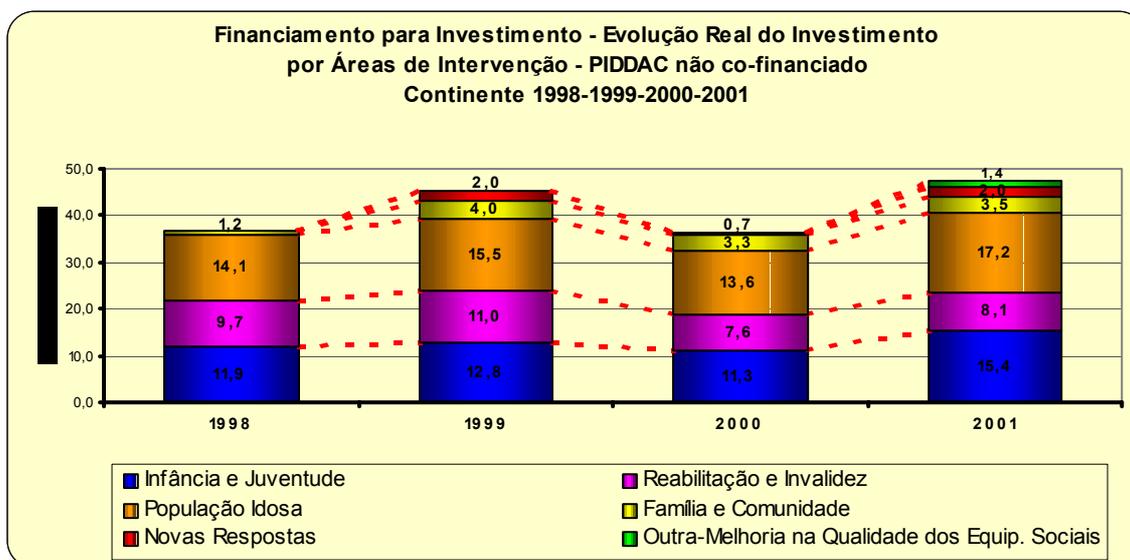
Os projectos inscritos em PIDDAC apresentam encargos diferentes conforme as prioridades e as carências da população a que se destinam.

Gráfico n.º 44



Fonte: DEPP – PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Gráfico n.º 45



Fonte: DEPP – PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Nota: Para efeito do cálculo dos valores reais foram considerados os índices do IPIPIB

De referir que, em 1999, por força do Despacho conjunto n.º 407/98 de 18.06.1998, são instituídas as respostas sociais nas áreas da Saúde Mental e das Pessoas em Situação de Dependência, pelo que a sua recente implantação explicará a fraca representatividade das mesmas.

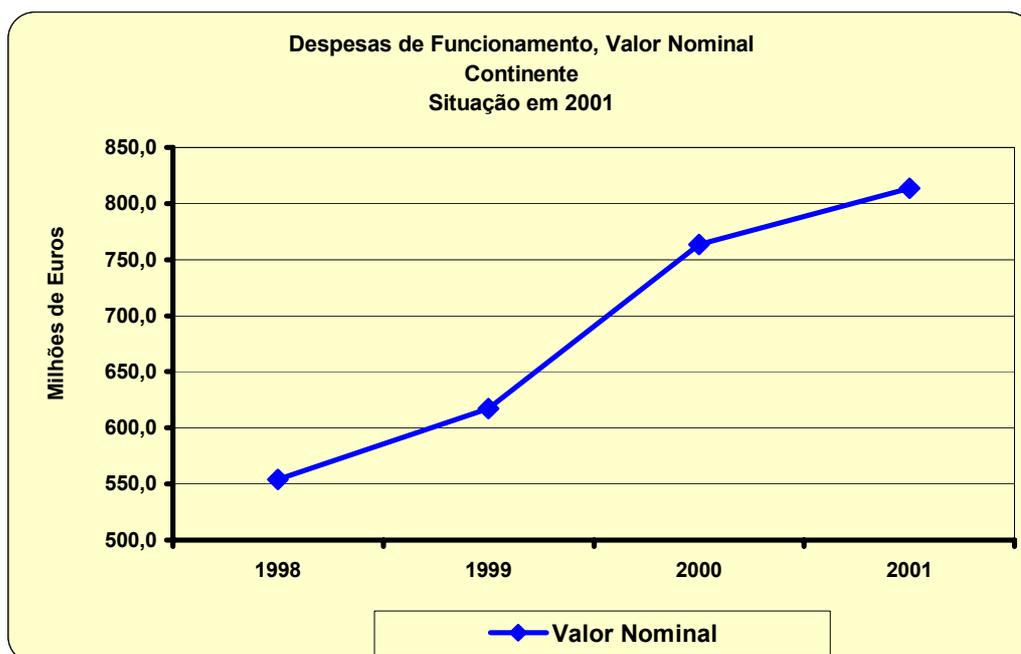
Da análise dos valores nominais verifica-se que o crescimento do investimento no ano de 2001 deveu-se, essencialmente, à inscrição do Programa Creche 2000, na área da Infância e Juventude, representando 32% da dotação global, e uma subida de 42% no investimento em relação ao ano anterior. Esta resposta social foi considerada prioritária para assegurar a cobertura nacional. Como segunda prioridade aparecem as respostas sociais para a população idosa, representando, em 2001, 36% da dotação global e um crescimento, no investimento, de 32% em relação ao ano 2000.

4.2 – Despesas de funcionamento

4.2.1 – Evolução das despesas de funcionamento - 1998 – 1999 – 2000 – 2001

Os custos do funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos são suportados através dos acordos de cooperação, celebrados entre o Ministério da Segurança Social e as Instituições, pela mensalidade paga pelo utente ou seu familiar e pelas receitas próprias das instituições.

Gráfico n.º 46



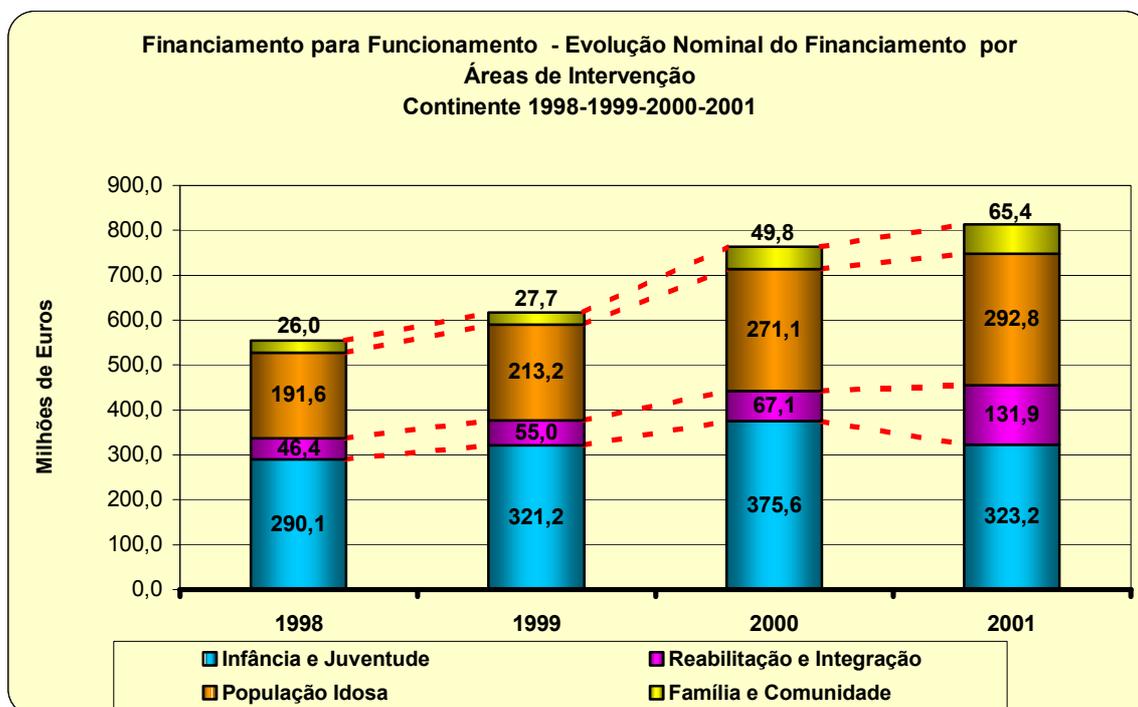
Fonte: IGFSS – Conta da Segurança Social
Ano de 2001 – Dados Provisórios

Pela análise do gráfico verifica-se que as despesas totais de funcionamento da rede têm vindo a aumentar progressivamente todos os anos, atingindo em 2001 a soma de 813 milhões de euros, valor que representa um crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior.

4.2.2 – Evolução das despesas de funcionamento por áreas de intervenção – 1998 – 1999 - 2000 – 2001

O financiamento das quatro áreas de intervenção tem vindo a registar um esforço orçamental crescente ao longo dos anos, não só pelo alargamento a um maior número de utentes, como também pelo aumento do valor unitário da comparticipação da Segurança Social.

Gráfico n.º 47



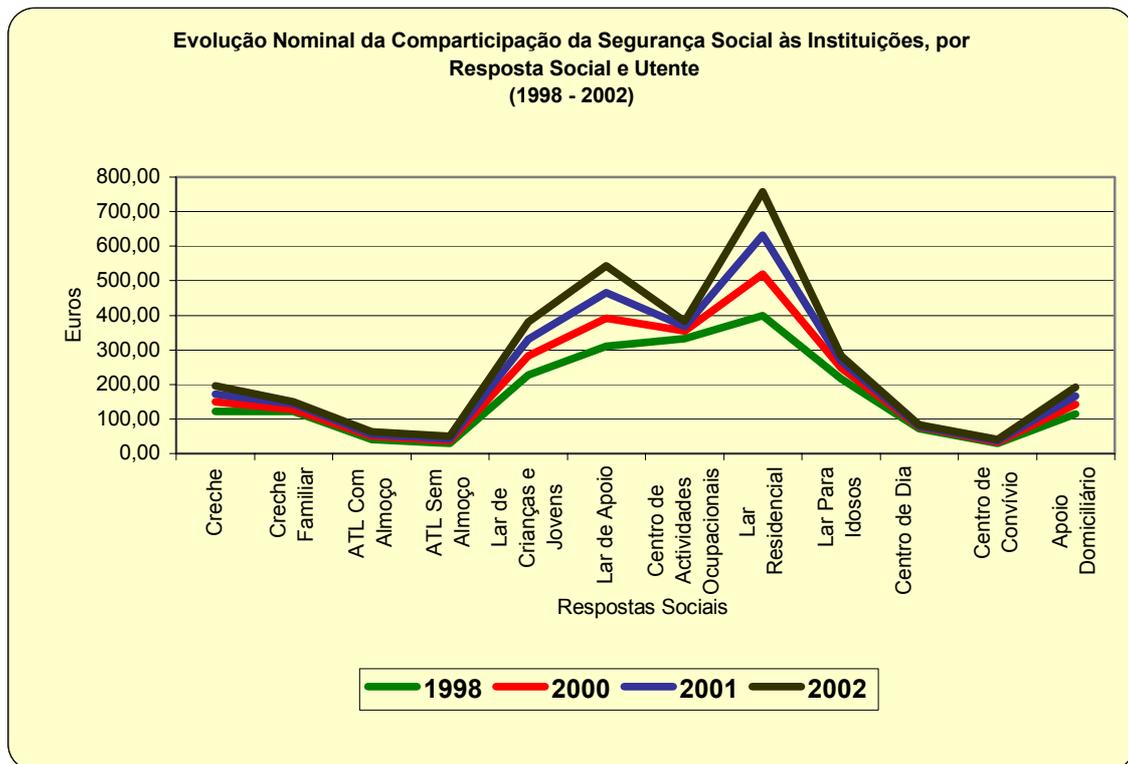
Fonte: IGFSS – Conta da Segurança Social
Ano de 2001 – Dados Provisórios

Contudo, como se pode verificar pela análise do gráfico em presença, houve um decréscimo na área da Infância e Juventude que se ficou a dever à passagem da componente educativa da resposta social Educação Pré-escolar para a tutela do Ministério da Educação.

4.2.3 – Comparticipação da Segurança Social através dos Acordos de Cooperação – evolução 1998 - 2000 - 2001 – 2002

A comparticipação da Segurança Social por utente tem vindo a aumentar progressivamente, independentemente do tipo de resposta social.

Gráfico n.º 48



Nota: Os valores referentes a 1998 e 2000 foram indexados ao valor do Euro (1€ = 200,482 Escudos)

Fonte: Protocolos de Cooperação Celebrados entre o MSST e as Uniões das IPSS, Misericórdias e Mutualidades

No entanto, os maiores crescimentos registam-se no Lar de Crianças e Jovens, no Lar de Apoio para Crianças e Jovens com Deficiência e um Lar Residencial.

Anexos

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, exarado em 06.11.2000)

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens

Primeira e Segunda Infância

Ama

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

Creche Familiar

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

Creche

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar).

Actividades de Tempos Livres

Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).

Crianças e Jovens em Situação de Risco

Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem.

Centro de Acolhimento Temporário - CAT²

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

² Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo.

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem.

(Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro).

Adopção

Resposta socio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando.

(Baseado no artigo 1586 do Código Civil).

Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral

Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.

Apoio em Regime Ambulatório

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que

integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança / jovem / adulto / família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

Centro de Produção de Material

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência

Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família

Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e

habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- a) Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- b) Potenciar a melhoria das interacções familiares;
- c) Reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e autonomia face à problemática da deficiência. (Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto).

Centro de Apoio Sócio-Educativo³

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência

Centro de Actividades Ocupacionais - CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- ♦ Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- ♦ Facilitar a sua integração social;
- Facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas

³ A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.

adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho)

Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

Lar Residencial

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º62/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verificarem as seguintes situações:

- Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências

necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

Serviços e Equipamentos para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.

(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e / ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verificarem as seguintes situações:

- Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;
- Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade

Atendimento / Acompanhamento Social

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e / ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico / utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).

Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

Refeitório / Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Ajuda Alimentar a Carenciados

Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.

(Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias⁴

Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

⁴ As respostas sociais em equipamentos e serviços, desde que devidamente adaptadas à problemática da SIDA, respondem de forma adequada aos problemas que afectam pessoas e famílias. Não há necessidade de respostas só para a SIDA, defendendo-se o alargamento das já existentes a pessoas e famílias afectadas pelo VIH/SIDA. Pretendem-se respostas de base comunitária e integradas.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

Residência

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Fórum Sócio-Ocupacional

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Vida Apoiada - UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Vida Protegida - UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Autónoma - UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo

a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência

Apoio Domiciliário Integrado - ADI

É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Apoio Integrado - UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Proposta de Ficha Técnica

Título: **CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2001**

Coordenação: **João Gonçalves**

Autores: **Eugénio Ramos, Irene Miralto e José Miguel Nogueira.**

Colaboração: **DGSSS – Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social**

ISSS – Instituto da Solidariedade e Segurança Social

IIES – Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

Apoio Informático: **Ana Gil, José Madeira**

Secretariado: **Paula Espadinha**

Capa: **Paulo Granadas**

Propriedade: **Ministério da Segurança Social e do Trabalho**

Editor: **DEPP – Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento**

Supervisão da Edição: **Maria Cândida Soares**

Preço:

Pré-Impressão

CTP (Computer to Plate) e Impressão

Tiragem: 500 exemplares

ISBN:

Depósito Legal N.º

*O DEPP reserva todos os direitos de edição, segundo a lei em vigor.
A reprodução parcial carece de autorização prévia e obriga à indicação da origem.*

Lisboa, Novembro de 2002